



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUCIMARA ANDRADE DA SILVA

**HISTÓRIA, LITERATURA E HISTORIOGRAFIA:
REPRESENTAÇÃO DE RESISTÊNCIA E LUTA NO
ROMANCE GUAYRÁ (2017), DE MARCO AURÉLIO
CREMASCO**

Londrina
2018

LUCIMARA ANDRADE DA SILVA

**HISTÓRIA, LITERATURA E HISTORIOGRAFIA:
REPRESENTAÇÃO DE RESISTÊNCIA E LUTA NO
ROMANCE GUAYRÁ (2017), DE MARCO AURÉLIO
CREMASCO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Ivano

Londrina
2018

Ficha Catalográfica

LUCIMARA ANDRADE DA SILVA

**HISTÓRIA, LITERATURA E HISTORIOGRAFIA: REPRESENTAÇÃO
DE RESISTÊNCIA E LUTA NO ROMANCE GUAYRÁ (2017), DE
MARCO AURÉLIO CREMASCO**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rogério Ivano
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. André Lopes Ferreira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Ms. Helena Ragusa Granato
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 08 de fevereiro de 2018.

*Dedico este trabalho aos meus pais
que me deram auxílio, motivação e
incentivo para continuar os estudos.
Pessoas que foram importantes para
a conclusão dessa etapa e sempre
estarão presentes na minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a minha família por todo apoio durante os quatro anos do curso. Obrigada por tudo.

Quero agradecer ao escritor Marco Aurélio Cremasco, pela disponibilidade em oferecer informações essenciais a pesquisa.

Agradeço ao orientador professor Rogério Ivano por toda ajuda ao longo desse trabalho.

Aos professores e colegas de Curso, pois juntos finalizamos uma etapa importante de nossas vidas e iniciamos uma nova.

Gostaria de agradecer também a todos que contribuíram de alguma maneira, para a realização deste trabalho.

SILVA, Lucimara Andrade da. **História, Literatura e Historiografia: Representação de Resistência e Luta no romance Guayrá (2017), de Marco Aurélio Cremasco.** 2018. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de História. Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, 2018.

RESUMO

O romance histórico *Guayrá*, do escritor e professor Marco Aurélio Cremasco, lançado em 2017, pela editora Confraria do Vento, aborda a história das reduções jesuíticas do século XVII na província do Guairá, atualmente parte do território que compreende o Estado do Paraná. Na produção obra, percebe-se que o autor realizou uma extensa e minuciosa pesquisa, mostrando os conflitos e as resistências dos indígenas, a invasão do seu território e a catequização dos povos. O romance consegue ultrapassar a historiografia referente ao período, que só começou a repensar a presença indígena na história do Paraná colonial em fins do século XX. Nesse sentido, o *Guayrá* é uma fonte rica para o estudo da representação desse período, pois de maneira contemporânea promove relações entre história e literatura, realidade e ficção, uma narrativa que vai além da historiografia das missões. E o faz de forma eloquente, colocando minuciosamente cada acontecimento utilizando-se da história, cultura, ficção, mitologia folclórica, criatividade e imaginação.

Palavras-chave: Literatura – Historiografia – Província do Guairá - Representação Reduções Jesuítas.

SILVA, Lucimara Andrade. **History, Literature and Historiography: Representation of Resistance and Fight in romance Guayrá (2017), by Marco Aurélio Cremasco.** 2018. 66 f Monograph for the degree in History. Center of Literature and human sciences. Londrina state university, 2018.

ABSTRACT

Guayrá, the historical romance from professor Marco Aurélio Cremasco, released in 2017 by the publishing company Confraria do Vento, tells the story of the jesuitic reduction that happened of the seventeenth century in the Guairá province, terrain where the State of Paraná currently resides. In its production it is noticeable that the author carried out an extensive and meticulous research, showing the conflicts and resistances of the natives, along with their invasions of their territory and the catechization of the peoples. The novel surpasses the historiography in its time reference for that the Native American presence in the history of colonial Paraná had only been rethought of in the end 20st Century. In this sense, *Guayrá* is a rich source for studying the representativeness of this period, because in a contemporary way it promotes relations between history and literature, reality and fiction. A thorough narrative which is done in an eloquent way, writing meticulously each fact using history, culture, fiction, folkloric mythology, creativity and imagination.

Keywords: Literature - Historiography - Guairá Province – Representation – Jesuit Reductions.

SUMÁRIO

Introdução	07
1 O diálogo entre História e a Literatura: as representações históricas e o imaginário literário do século XVII no romance histórico Guayrá	15
1.1 Teoria Literária: aproximação entre a história e a literatura.....	15
1.2 A trajetória do romance e as representações históricas.....	21
1.3 O imaginário literário do século XVII no romance histórico Guayrá.....	27
2 A gênese do conflito nas reduções jesuítas na obra literária Guayrá e a relação com a historiografia do Paraná colonial	31
2.1 Historiografia do Paraná pré-colonial.....	31
2.2 Análise do romance Guayrá e a comparação com a historiografia.....	37
2.3 Das fontes utilizadas pelo autor.....	49
3 Considerações finais	53
Referências Bibliográficas.....	54
Anexos.....	57
Anexo I - Entrevista com Marco Aurélio Cremasco, autor de Guayrá.....	57
Anexo II - Obra original Guayrá.....	63

INTRODUÇÃO

A história do Paraná pré-colonial começa com a província do Guairá, no século XVI e início do XVII, e foi marcada pelo impacto da conquista empreendida pelos missionários jesuítas, com a fundação das reduções, quando ocorreram diversos conflitos territoriais, políticos e religiosos. A conquista dos povos Guarani, no Guairá, foi cenário de lutas e resistências, de disputas territoriais entre as coroas de Espanha e Portugal, e entre os inacianos¹ e os nativos que resistiam à evangelização. Finalmente, de resistência por parte dos indígenas e jesuítas contra a invasão e destruição das missões pelos bandeirantes² e mamelucos³.

É esse o contexto narrativo da obra literária “*Guayrá*”⁴, de autoria do escritor, poeta e professor Marco Aurélio Cremasco, um romance histórico que trata dos acontecimentos que remontam à época das reduções guaranícas na província jesuítica do Guairá, território compreendido em parte do atual estado do Paraná. Essa região geográfica do Brasil meridional, fazia parte do império Espanhol, seu território pertencia ao governo do Paraguai⁵ como “*Gobernación del Guayrá*”, “ladeada pelos quatro rios Paranapanema, Paraná, Piquiri e Tibagi, até o limite da Escarpa Devoniana, nos contrafortes da Serra de São Luiz do Purunã”⁶.

O mapa a seguir auxiliará na localização dos territórios da província do Guairá, das comunidades espanholas e das reduções jesuíticas.

¹Jesuítas pertencentes à Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola no século XVI.

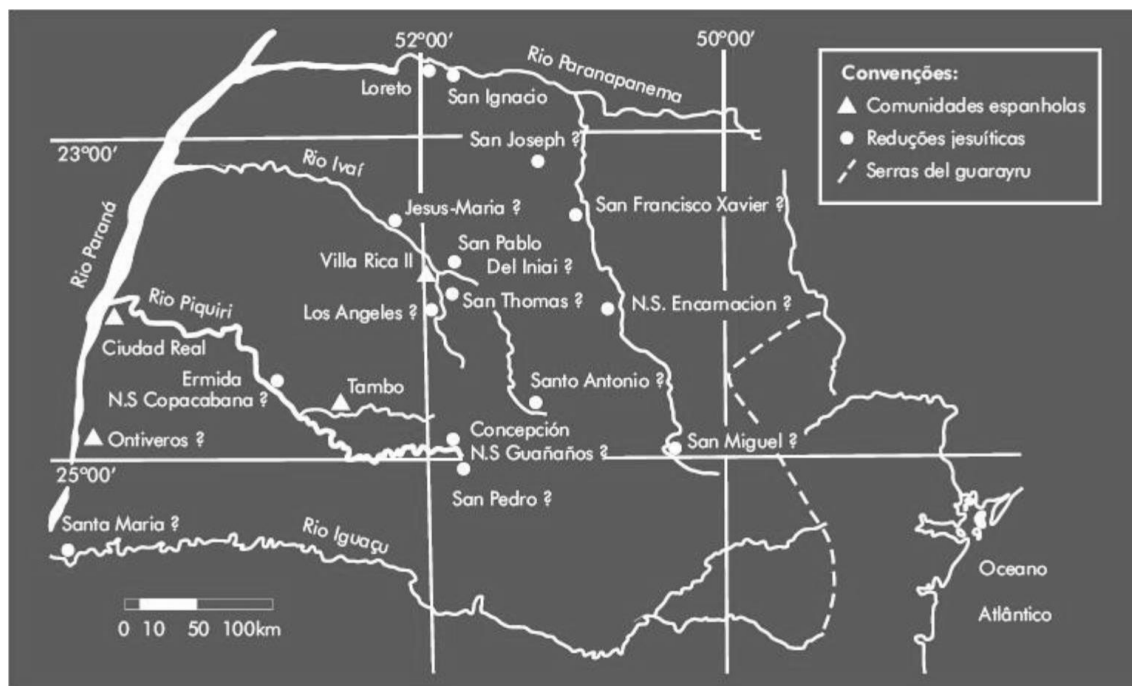
²Os bandeirantes eram homens, principalmente paulistas, que entre os séculos XVI e XVII atuaram na captura de escravos fugitivos e no aprisionamento de indígenas.

³Indivíduo mestiço com ascendência indígena e branca.

⁴Em seu romance, Marco Aurélio Cremasco recupera a grafia dos documentos coloniais, mantendo não apenas o “*Guayrá*” para referir-se à histórica região do Guairá, mas para várias outras situações, como nomes próprios, objetos, fauna e flora, ritos, mitos etc. A cidade histórica construída nesse período grafa-se atualmente Guáira.

⁵O território da província do Guairá pertencia ao governo do Rio da Prata e do Paraguai até 1617, quando ocorreu a divisão e passou a pertencer ao governo do Paraguai.

⁶PINTO, Rui Cavallin. *A Província do Guayrá é o Paraná de hoje*. Disponível em: <<http://www.academiapr.org.br/artigos/a-provincia-do-guayra-e-o-parana-de-hoje/>> Acesso em: 20. ago.2017.



1- Mapa de localização da Província del Guairá, com as comunidades espanholas e missões jesuíticas do final do século XVI/ início do século XVII. (Fonte: PARELLADA, 1997, p.30)

A obra *Guayrá* foi lançada pela editora Confraria do Vento, do Rio de Janeiro, em junho de 2017, e retrata os conflitos ocorridos na então Província do Guairá, buscando através da história, da antropologia, da linguagem indígena, do universo mitológico e cristianismo reconstituir o contato e o confronto entre culturas diversas nesse espaço-tempo.

O romance apresenta como personagem central o Guayrá, espaço no qual se movimenta as relações e os conflitos desencadeados pelas missões jesuíticas: “parece um redemoinho nos arrastando entre missionários e indígenas para sermos lambidos pelo indecifrável dos códigos linguísticos de Guimarães Rosa, pelo narrar histórico-indianista-poético de José de Alencar e pela segura da narrativa sem fim de pai e filho, de Graciliano Ramos e Ricardo Ramos”⁷.

Guayrá é uma ficção histórica, que narra a fundação das reduções guaraníticas na província jesuítica do Paraguai. O enredo descreve não só personagens, mas também a região geográfica de clima tropical, com detalhes da fauna e flora.

⁷MARQUES, Nailor. “Resenha livro *Guayrá*”. Germina: Revista de Literatura & Arte. Disponível em: <www.germinaliteratura.com.br/2017/livros_guayra_por_nailor_marques.htm>. Acesso em: 20. ago.2017.

Os personagens indígenas que habitam inicialmente essa região são os Guaranis: Mboixá⁸, Arapoty⁹, Atyguajé¹⁰, Kuarasy¹¹, Itawerá¹² e Potyporã¹³, entre outros. Sua vida natural é afetada pela chegada dos jesuítas José Cataldino e Simón Maceta¹⁴ enviados pela Ordem de Jesus para instalar as reduções e evangelizar o Guayrá. Além desses, outros personagens são responsáveis pela catequização entre eles os jesuítas: Antônio Ruiz de Montoya¹⁵, Cristóbal de Mendoza, Primo Oscar e Juna Caño, entre outros. A imposição da religião católica, bem como o uso de roupas e a proibição de práticas como a poligamia e a nudez, geram conflitos que resultam na resistência à evangelização, protagonizada pelos índios Atyguajé e Guyrawerá¹⁶.

A dominação do Guayrá é planejada por meio do controle através da religião e em benefício da economia espanhola. O sucesso do empreendimento e o aumento das missões acirra a disputa por territórios entre as coroas de Espanha e Portugal. Ocorrem as invasões dos bandeirantes e mamelucos, liderados por Raposo Tavares para capturar nativos para o trabalho escravo, o que acarreta vários conflitos armados. A guerra e as mortes são constantes no Guayrá.

O autor Marco Aurélio Cremasco é engenheiro químico por formação, nascido na cidade de Guaraci (PR) e formado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Possui mestrado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorado em engenharia mecânica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e pós-doutorado em Engenharia Química pela Purdue University (EUA). Atualmente é professor docente na Faculdade de Engenharia Química da Unicamp, é um dos fundadores da revista de literatura “Babel” e autor de poemas, contos e romances¹⁷. No ano de 2010, “o escritor foi contemplado com a Bolsa Funarte de Criação Literária, para a escrita do romance Evangelho do Guayrá”,¹⁸ que se tornou a obra “*Guayrá*”.

⁸Personagem indígena pai de Atyguajé.

⁹ Personagem indígena mulher de Mboixá e mãe de Atyguajé.

¹⁰Personagem indígena filho de Mboixá e Arapoty.

¹¹Personagem indígena mulher de Atyguajé e mãe de Itawerá.

¹² Personagem indígena filho de Atyguajé e Kuarasy.

¹³ Personagem indígena mulher de Itawerá.

¹⁴ Primeiros missionários das reduções no Guairá.

¹⁵ Superior das missões no Guairá.

¹⁶ Personagem indígena canibal.

¹⁷ BLUCHER. *Marco Aurélio Cremasco*. Disponível em: <<https://www.blucher.com.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

¹⁸Disponível em: http://editorapatua.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247 Acesso em: 05 jan. 2018.

Essa pesquisa parte do pressuposto de que o estudo da história tem como base uma representação do passado e que a fonte literária também é passível de interpretação no estudo da escrita da história, levando em conta as relações estabelecidas entre a história e a literatura, tendo como princípio a teoria literária. Um dos seus percursores é o historiador norte americano Hayden White (1991). Em suas reflexões, afirma que a teoria literária é importante de forma direta e indireta para a compreensão da escrita da história, sendo direta na medida em que elabora, com base na “moderna teoria da linguagem, algumas teorias gerais do discurso que podem ser utilizadas para analisar a escrita histórica e para identificar seus aspectos especificamente literários, ou seja, poético e retórico” (WHITE, 1991, p.3). É indireta, pois, suas “concepções de linguagem, fala, escrita, discurso e textualidade”, permitem uma maior compreensão de “*problemas*”, comuns à “*filosofia da história*”, especificamente relacionados “à classificação dos gêneros do discurso histórico, a relação da representação histórica [...], o status epistemológico das explicações históricas, e a relação dos aspectos interpretativos com os aspectos descritivos e explanatórios do discurso do historiador”. (WHITE, 1991, p.3).

Ao utilizar o romance “*Guayrá*” como fonte histórica é necessário fazer a reflexão, problematização e analisar o mesmo como um documento, tendo em vista as condições de produção, representação, linguagem e as intenções do escritor.

Pensar nas relações entre o escritor e a historiografia justifica-se, pois, “o historiador [...] lança mão não só de métodos da história, mas [...] também vai buscar na literatura, elementos de uma historicização da sua prática de historiador”. (CHARTIER, 1999 p.208). Nesse sentido, no romance histórico o autor consegue mostrar os aspectos que serão ressaltados na pesquisa, como os costumes, o cotidiano das populações indígenas, os conflitos, a resistência indígena, o confronto e as inúmeras mortes no Guayrá do início do século XVII. Nesse caso, como afirma Roger Chartier, “quando a literatura tematiza, ultrapassa [...] as questões clássicas dos historiadores, e leva-os a construir de outro modo o próprio objeto de sua indagação” (1999, p.205). Na narrativa do romance é possível perceber que o escritor consegue por meio da ficção tratar questões pertencentes a historiografia, como por exemplo a história dos povos indígenas, que durante um longo período foram descritos pelos conquistadores de forma depreciativa, ou, somente na tentativa de compreender as características culturais dos índios.

O romance possibilita uma perspectiva que transforma a visão antropológica em ficção histórica. Esta permite reconstituir a história dos Guarani, habitantes do território paranaense, estudados atualmente pela etno-história, que busca informações com base em fontes escritas, orais e arqueológicas. Os estudos etnográficos realizados no século XX, de Alfred Métraux (1957), Pierre Clastres (1962), Hélène Clastres (1990), Branislava Susnik (1965) e Bartolomeu Melià (1987), estabelecem articulações com observações históricas, suscitando novas visões sobre a cultura dos Guarani, sua organização política, o profetismo e os movimentos religiosos (CASTRO, 1985). Mesmo assim, existe uma distância entre os estudos etnográficos e históricos dos povos guaranis, devido ao destaque do tema na etno-história e a pouca ênfase na historiografia.

No estudo da escrita da história, deve-se levar em consideração o contexto histórico de produção da obra, com ênfase nos mecanismos, as intencionalidades, a dimensão estética, o recurso da intertextualidade e os modos de recepção, sendo esse um meio de produção de sentidos. Dessa forma, ao tratar das questões estéticas com relação à estrutura na organização da narrativa, é necessário levar em conta que ela se dá em forma de viagem a um lugar e tempo que não existe mais, com um distanciamento em que o narrador enquanto observador não faz nenhuma interferência do mundo contemporâneo. Isso se deve principalmente, por tratar de um passado, do qual não se tem muitos registros, conforme é possível verificar na explicação do escritor no “anexo I” deste trabalho.

O livro é ambientado em um período que não mais existe. Nem mesmo sabemos o que, realmente, permaneceu daquela época, a não ser ruínas e documentação escrita por colonizadores. Não se tem, de forma contundente, a versão dos colonizados, uma vez que os nativos, daquela época, não escreveram a sua História. Coube a mim, portanto, escrever as minhas impressões e reflexões para que ocorra empatia quanto àqueles excluídos, no qual a História é personagem de si própria. (CREMASCO, 2017, p.3)

Em entrevista ao jornal Folha de Londrina do dia 21 de junho de 2017¹⁹, o autor comenta que teve uma preocupação específica em não datar de modo usual os

¹⁹ LOSNAK, Marcos. A alma perdida do Paraná. *Folha de Londrina*. Especial Folha 2. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/colunistas/leitura/leitura-a-alma-perdida-do-parana-980579.html>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

acontecimentos e sim em localizar os dias pela atribuição aos santos, utilizando-se do calendário hagiológico. Segundo Cremasco (2017), “em vez de mencionar determinado dia e mês, estes o são por meio da menção do dia consagrado a determinado santo, enquanto o ano é referenciado a certo acontecimento”. Essa escolha é justificada pelo autor por ser uma maneira de “despertar a curiosidade de quem lê a obra no sentido de descobrir a data a que [...] refiro ao longo do texto”²⁰.

O enredo do romance tem como base a história canônica, sendo que a mesma é questionada, proporcionando visões distintas. Pode-se perceber que a produção do livro contou com uma extensa e minuciosa pesquisa historiográfica e linguística, fazendo uso de palavras do dialeto indígena. De acordo com Cremasco (2017), uma dificuldade enfrentada na escrita foi definir o léxico para o núcleo Guarani, por causa da diversidade de dialetos indígenas presentes no Brasil (Nhandewa, Kaiowá e o Mbyá); na Argentina (Mbyá) e no Paraguai (Avanheém). Segundo o escritor, ele poderia ter feito uso da obra de Ruiz de Montoya²¹ como referência linguística do Guarani da época, no entanto, optou por não adotar somente um padrão ao se referir a certos termos associados ao idioma com relação aos nomes indígenas escolhidos para os rios, animais, personagens e os seres mitológicos. Sendo assim, o padrão linguístico utilizado, como afirma Cremasco, é “próximo daqueles estabelecidos hoje em dia, tendo como base o dialeto Mbyá falado no Brasil, com contribuições de outros dialetos do Guarani, definindo-se, para tanto, uma convenção própria, específica na obra, para a grafia” (2017, p.4). Além disso, o autor acrescenta que no “*Guayrá* há um “núcleo *mameluco*, cuja língua é o tupi, os termos presentes na narrativa foram grafados do mesmo modo que se encontram nos dicionários Tupi-Português”. (2017, p.4)

Em diversas partes do livro “*Guayrá*” há presença de referências à Bíblia em razão do núcleo jesuítico desde o prólogo, com a síntese de uma espécie de gênese indígena da criação do mundo, com crenças e menções ao deus criador e às suas criaturas baseado na tradição dos Apapocúva e dos Mbyá, ambos troncos linguísticos do Guarani. O uso dessas tradições pode ser influenciado pelo estudo da etnologia Guarani, no complexo profético migratório dos Apapocúva, utilizando-se das concepções indígenas referentes ao dualismo espiritual dos Guarani, em que se divide

²⁰ Informação extraída da entrevista com autor no dia 6 de novembro de 2017.

²¹ MONTROYA, António Ruiz de. *Arte e vocabulario de la lengua guaraní*. Madrid: por Juan Sanchez, 1640.

alma-palavra celeste e alma-animal terrestre, ou alma-divina e alma-telúrica, respectivamente. Desse modo, a língua indígena e a religião são relacionadas diretamente, com concepções indígenas sobre o surgimento e o fim do mundo.

O romance descreve a criação do mundo com os deuses relacionados à natureza, como Nhanderu (deus supremo), Mba' eukuaá (a sabedoria), o Karai (senhor do fogo), Tupã (divindade do relâmpago e trovão), Jakairá (a neblina) e Mba' ewerá (a terra). Aliás, a estrutura do texto e a divisão de capítulos são fragmentadas, muito se assemelha a versículos, não se prende a conceitos como espaço e tempo, que são essenciais no estudo da história. No livro o foco maior é na descrição dos acontecimentos no decorrer da narrativa.

As lendas dos Guarani, tem uma mistura sutil de esperança, desanimo, paixão e ação. Além disso, tem em sua crença a ideia da "*Terra sem mal*", sendo esse um aspecto muito discutido da cultura Guarani, também relacionado às migrações proféticas. Tendo em vista essas crenças, os guaranis perseguem durante toda a vida o caminho para o paraíso terrestre. Além disso, na narrativa é feita a descrição minuciosa dos rituais funerários e do canibalismo.

O centro jesuítico da obra é apresentado na descrição de seus medos, suas angústias e desígnios espirituais, sua percepção sobre os costumes e hábitos das tribos indígenas, as relações com as lendas e a natureza.

Essa literatura pode ser complicada para o leitor comum pelo uso frequente de termos indígenas, apesar de ter um glossário²² com os significados das palavras, de origem espanhola, do Kaingáng, da mitologia, do tupi e com modificações ou variações da mesma palavra. Aliás, também por ser uma mescla de realidade e ficção não linear, em que exige um distanciamento sentimental do leitor enquanto julgador da sequência de acontecimentos que reconstituem a história desse período.

A narrativa remete-se às descrições da conquista da província do Rio da Prata e o mapeamento dos territórios do novo mundo, de Díaz de Guzmán (1612). Sendo que este relaciona o nome Guairá à figura do poderoso cacique guarani Guayracá, símbolo de resistência ao avanço dos castelhanos. Atribui-se a Guayracá o lema, "Esta terra tem dono", fazendo referência à resistência imposta aos conquistadores. O cacique e seus guerreiros derrotaram o grupo liderado por Hernán Arias de Saavedra em 1601 no território do Guairá. Essa resistência à invasão é feita por outros

²² Glossário (p. 303-319). In: CREMASCO, M. A. *Guayrá*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2017.

caciques ao longo da narrativa, sendo eles Atyguajé e Guyrawerá, ambos não aceitam viver sob as regras e desígnios da igreja.

Um aspecto a se destacar do livro e que motivou o presente trabalho está no fato de que toda a pesquisa e escrita da obra tratar da resistência indígena à evangelização e à invasão europeia. O próprio nome *Guayrá* pode significar "aquele lugar que resiste" ou mesmo no guarani "lugar de difícil acesso", onde para entrar é preciso mais do que fé. Dessa forma a palavra *Guayrá* é utilizada para reforçar a resistência dos indígenas, que durante muito tempo foi negligenciada pela historiografia. Em consequência disso, a história oficial referente à conquista do Paraná pelos espanhóis no século XVI, feita pelas classes dominantes, acabou por ocultar ou minimizar as lutas e a resistência dos indígenas, principalmente os Guarani, o que reforçou a ideia do vazio demográfico. Em razão disso, a historiografia e a literatura do presente têm iniciado discussões que permitem ter outra perspectiva dessa colonização.

Estudar essa temática é importante, pois com a destruição das missões jesuíticas pelos bandeirantes paulistas não restaram muitas informações que mostrem os conflitos que ocorreram. O que restou ficou na memória, nos poucos documentos e nos vestígios arqueológicos.

O caminho metodológico que orienta as reflexões tem como base produções de historiadores da teoria literária e escrita da história, além da bibliografia empírica sobre as missões, e a análise do romance "Guayrá", focando na relação com a historiografia. Através da fonte e das informações coletadas em entrevista com o autor Marco A. Cremasco buscou evidenciar que, para a construção da ficção literária, foi realizada uma extensa pesquisa historiográfica e documental.

O presente estudo analisará o contexto de produção e a escrita do livro "Guayrá", pensando a relação entre a literatura e a historiografia dentro da narrativa dos fatos históricos, voltado para sua construção e fazendo uma comparação entre a forma como a historiografia tem abordado esse período das reduções jesuíticas e como o romance mostra essas relações interculturais e os conflitos ocorridos.

CAPÍTULO 1

O diálogo entre História e Literatura: as representações históricas e o imaginário literário do século XVII no romance histórico “Guayrá”

1.1 *Teoria Literária: aproximação entre a história e a literatura*

A década de 1990 no Brasil é considerada a época de desenvolvimento do campo teórico das ciências humanas conhecido como teoria literária, que trabalha o diálogo entre a história e literatura. Esta é uma temática promissora que se insere no âmbito da história cultural redescoberta em 1970, quando ocorreram movimentos de aproximação das áreas que tratam das relações com o texto literário e do uso da linguagem como metáfora da realidade humana. Nessa nova abordagem, a principal preocupação do historiador cultural é com o simbólico e com as suas interpretações, sendo estas conscientes ou não, e que podem ser encontrados em todos os lugares, inclusive na literatura.

O ciclo iniciado pela historiografia do século XIX “se valia da literatura como um recurso ilustrativo de uma afirmação sobre o passado, para a confirmação de um fato ou ideia” (PESAVENTO, 2003). A História nessa época estava preocupada em alcançar a objetividade e a verdade absoluta; por causa disso, tentou se afastar dos recursos ficcionais de representação na tentativa de elaborar uma escrita sem os elementos característicos da literatura, pois esta concede voz à subjetividade do autor através da narrativa e dos personagens fictícios. Segundo Ivania Campigotto Aquino (2016), criou-se uma visão de que somente através da história é possível ter acesso ao passado de forma verdadeira.

No campo da história, sobrepôs-se a concepção de que é possível conhecer rigorosamente a verdade única dos fatos visitados pelo historiador. Baseada nessa visão, a história autodenominou-se a única possibilidade de registro da realidade do passado, [...] fundamentou a visão de que o texto literário sobrevive enquanto pura ficção. Assim, aqueles teóricos conseguiram assegurar, até algumas décadas do século XX, a noção de que literatura e história eram campos distintos, indicando que enquanto um ficcionaliza o real, o outro o estabelece. (AQUINO, 2016, p.13)

Mas essa tradição do pensamento ocidental de afastar a história da ficção é antiga. O debate acerca dessa distinção entre história e a literatura, começou a ser delineado ainda na Grécia antiga, “desde Tucídides a ultrapassar Heródoto e a afirmar que não há versões, mas sim um saber racional e criterioso, depositado no historiador, aquele que consulta os documentos e escreve dizendo como foi”. (PESAVENTO, 2003, p.4). E desde então essa separação das áreas tem levantado posicionamentos divergentes entre os teóricos. Somente após as transformações sofridas pela historiografia do século XX²³ a fonte literária deixou de ser vista pelos historiadores como ilegítima e desqualificada.

O debate acerca dessa relação da história com as fontes literárias recebe contribuições teóricas dos “pesquisadores contemporâneos, dentre eles, destacam-se: Hayden White, Linda Hutcheon, Paul Veyne, Peter Burke, Peter Gay e Eberhard Lämmert” (AQUINO, 2016, p.9). Além desses, Sandra Jatahy Pesavento e Nicolau Sevcenko.

Para compreender esse diálogo é preciso entender a narrativa histórica como um discurso capaz de expor uma sequência de eventos em determinada ordem, no qual é feita uma representação do conteúdo histórico. Nesse sentido, a história escrita pode ser considerada um empreendimento literário, pois sem a narrativa não é possível compreender o passado. Como afirma Hayden White (1991), em sua observação sobre a história.

Só é acessível por meio da linguagem [...] a experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela, [...] esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como "história"; e [...] essa experiência, por conseguinte, pode ser tão vária quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita. (WHITE, 1991, p. 21-48)

Antes de abordar a importância da teoria literária para escrita da história é necessário refletir sobre o discurso histórico, sendo que este só “é possível quando se pressupõe a existência do passado como algo sobre que se pode falar de maneira significativa” (WHITE, 1991, p. 21-48). Nesse sentido, a história seria uma criação literária, sendo interpretada por meio da produção textual. Dessa forma, o discurso

²³A historiografia começou a mudar no século XX e foi reforçada em 1929 pela Escola dos Annales. O historiador passou a utilizar novas fontes, abordando sujeitos históricos cuja existência era esquecida ou ocultada, pelos documentos oficiais.

histórico produz interpretações narrativas da informação ou do conhecimento sobre os fatos passados que os historiadores conseguem obter acesso. Além disso, o discurso histórico, diferente do científico, não prevê um método totalmente diferente de estudar as evidências do passado. Desse modo “os eventos, as pessoas, as estruturas e os processos do passado, podem ser tomados como objetos de estudo por toda e qualquer disciplina das ciências humanas e sociais e, de fato, até mesmo por muitas das ciências físicas” (WHITE, 1991, p. 21-48). No entanto, referente à problemática da relação dos fatos com as formas de interpretar a narrativa histórica, o historiador Keith Jenkins ressalta que “embora possam existir métodos para descobrir o que aconteceu, não existe absolutamente nenhum método pelo qual se possa afirmar de uma vez por todas, ponto-final, o que os fatos significam” (JENKINS, 2009, p.60). Nesse sentido, pode-se entender a narrativa histórica como discurso que explora em suas ficções histórias sobre o passado na forma de enredo e utilizadas por determinada cultura para imaginar significados. Sendo assim, a narrativa pode ser considerada “a alma do mito”, em razão deste ser um tipo de discurso linguístico.

Mesmo certas ficções literárias podem ser expressas na forma de narrativa, embora nem toda narrativa seja ficção literária. Dessa forma, o mito, a ficção literária e a historiografia são formas de discursos narrativos e ambos podem tratar da representação do mundo real.

Tanto a narrativa ficcional quanto a histórica são construções do narrado, sendo que a segunda é guiada pela objetividade e exige a verificação das informações levantadas pelo historiador. A primeira é a união entre a imaginação do autor e sua expressão através da escrita, sendo que esta possui uma “natureza alegórica”, cuja leitura pode atribuir novos sentidos ao texto. As narrativas históricas são consideradas pela teoria literária “ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados quanto descobertos, e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.” (WHITE, 2008, p.13)

Hayden White abriu espaço para o estudo da teoria literária fazendo uso da literatura como objeto ou como fonte de pesquisa, sendo que esta pode ser analisada enquanto representação da história e com base “em novas concepções da linguagem, da fala e da textualidade, as quais permitem reformulações das noções tradicionais de literalidade, referência, autoria, público e códigos” (WHITE, 1991, p.22). Aliás, em

seu estudo atribui destaque aos “elementos poéticos” que se revelaram na escrita da história.

Através de sua obra, percebe-se que a literatura e a história enfrentaram uma dicotomia, embora fossem destacadas evidências da aproximação de ambas pelo uso na historiografia de figuras de linguagem como metáfora, metonímia, sinédoque e ironia, que são característicos da literatura.

A literatura trabalha com “eventos *“imaginários”* mais que *“reais”*, e que, por conseguinte, os estudos históricos têm de se despojar da narrativa ou de usá-la apenas para tornar os “detalhes” da realidade histórica interessantes para um público leitor” (WHITE, 1991, p. 21). Essa relação de proximidade da interpretação histórica e da representação literária faz-se presente pelos interesses semelhantes, no que diz respeito à estrutura do enredo e no tipo de narrativa do discurso. Dessa forma, a moderna teoria literária busca “indicar e refletir sobre aqueles aspectos da realidade que parecem ser mais orgânicos do que mecânicos em sua estrutura e modo de desenvolvimento e articulação.” (WHITE, 1991, p.22)

Ao tratar da fonte literária o historiador deve ainda se atentar para as noções de autor, contexto narrado e as relações do discurso literário com os demais discursos. A obra literária pode ser tida como um “lugar de boas perguntas acerca de um problema, como lugar de fecundação do pensamento, [...] e não como manancial de informações a serem extraídas pelo historiador meticoloso” (GUIMARÃES, 2007, p. 15-18 apud CAMILOTTI; NAXARA, 2009). A atenção a esses elementos contribui com o diálogo entre a história e literatura, e no uso da literatura com fonte de pesquisa. Os historiadores e os escritores estão mais preocupados em analisar as semelhanças entre as narrativas ficcionais e históricas do que as diferenças. Como afirma Linda Hutcheon (1991), ambas as áreas possuem pontos em comum.

As duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa. (HUTCHEON, 1991, p.141)

O debate referente ao entrecruzamento entre a narrativa histórica e a literária entende ambas como discursos que respondem as indagações dos indivíduos sobre

o mundo em determinada época. O discurso histórico, feito a partir de documentos e fontes, faz uso de “uma linguagem que, como a fala metafórica, a linguagem simbólica e a representação alegórica, sempre significa mais do que literalmente diz”. (WHITE, 1991, p.3). Nesse sentido, o discurso histórico produz interpretações do conhecimento sobre o passado, e essas podem assumir várias formas, como afirma Hayden White (1994).

Estendendo-se da simples crônica ou lista de fatos até “filosofias da história” altamente abstratas, mas o que todas elas têm em comum é seu tratamento de um modo narrativo de representação como fundamental para que se perceba seus referentes como fenômenos distintivamente “históricos”. (p.24)

O discurso histórico trata da realidade, narrando de forma “discursiva [...] ações encadeadas [...], por meio da linguagem e de artifícios retóricos, constrói significados no tempo”. Enquanto que o discurso literário é caracterizado por lidar com possibilidades, não tem compromisso com a veracidade dos fatos históricos. Sendo assim, “a literatura é uma narrativa que constrói um enredo e desvenda uma trama.” (PESAVENTO, 2003, p. 33)

Para Pesavento (2004, pg. 80-81), a história e a literatura, “são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro”. Estas possuem semelhanças ou aproximações, sendo assim, ambas apresentam versões da realidade, pois “representam inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história”. Nesse sentido, história e literatura, possuem certas distinções, na medida em que a “invenção do passado” pela história, busca o real, pelo que sucedeu, já a literatura não tem necessariamente essa preocupação com a veracidade dos fatos narrados, pode então recorrer livremente à imaginação e à criatividade. Desse modo, o historiador, em razão da especificidade de seu ofício, deve manter o rigor e a objetividade na pesquisa histórica, pois a historiografia tem como premissa básica a “possibilidade de verificar vestígios, identificar evidências das fontes sobre o fato histórico, sendo assim está preso a condição do real e também as fontes e documentos referentes a esse real”. (PESAVENTO, 2003, p.40)

Esse diálogo entre história e a literatura, resgata “um forte elemento de ficcionalidade na história e um empenho em atribuir veracidade a ficção da narrativa literária” (PESAVENTO, 2000, p.15). Com relação ao distanciamento entre as áreas, foram inaugurados pela reflexão da oposição entre o “*real*” e a “*ficção*”, ou do debate

entre o verdadeiro e o falso (PESAVENTO, 2000). No caso da história, como explica Pesavento (2003, p. 58-59), está é uma espécie de ficção, embora controlada, pelas fontes que “atrelam a criação do historiador aos traços deixados pelo passado”. Esta resulta de uma explicação aos questionamentos do homem sobre o mundo, “reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado”.

Na literatura, a verdade da ficção não está em “revelar a existência real de personagens e fatos”, e sim na possibilidade de ler questões do contexto de determinada época. É possível identificar no uso da fonte literária para o estudo da história uma troca em que o historiador encontra na literatura as “verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção” (PESAVENTO, 2006). Desse modo, por meio da ficção a literatura lida com ações imaginadas e com a intermediação entre a realidade e as aspirações coletivas. Assim, o efeito do real exposto pela literatura “consegue fazer seu leitor privilegiado, no caso, o historiador, com o seu capital específico de conhecimento”, aumentando a percepção de seu objeto de análise (PESAVENTO, 2006, p. 6). Nesse sentido, para Nicolau Sevcenko (2003), o estudo fonte literária possibilita analisar o passado por meio dos não ajustados socialmente. A narrativa literária fornece uma expectativa do “*vir a acontecer*”, que revela o cotidiano dos vencidos, tornando estes realizadores da própria história, permitindo assim uma história, não enfocada no discurso dominante do vencedor. Ou seja, a história se preocupa com a realidade e o escritor busca as possibilidades, sendo que isso deve ser observado atentamente pelo historiador ao utilizar a literatura em suas pesquisas.

Atualmente, tanto na teoria literária quanto na historiografia, pesquisar essa relação entre a literatura e a história, é produtivo, pois contribui com a interdisciplinaridade das áreas de conhecimento das ciências humanas. Aliás, essa aproximação proporciona outras possibilidades de representação da realidade por meio dos avanços teóricos e conceituais obtidos no uso da fonte literária no estudo da história. Nesse processo de aproximação com a literatura, a principal preocupação dos historiadores é analisar e refletir sobre as imagens criadas pelos escritores em suas obras através da teoria literária ou da apropriação das sensibilidades contidas na literatura como instrumento que contribui na construção de narrativas preocupadas com questões humanas.

1.2 A trajetória do romance e as representações históricas

O gênero literário romance histórico é sucessor da epopeia grega, disseminado por volta do XIX na forma narrativa. Devido à sua especificidade, suscitou um intenso debate entre os estudiosos do discurso literário e histórico. O surgimento do romance histórico é descrito na obra do teórico Georg Lukács (1971); em seu estudo sobre o romance de Walter Scott (1814), ele afirma que:

O romance histórico nasceu em princípios do século XIX, aproximadamente na época da queda de Napoleão [...]. É claro que há romances de tema histórico já nos séculos XVII e XVIII, e quem assim o deseje pode considerar como “precursores” do romance histórico [...]. Os chamados romances históricos do século XVII [...] são históricos apenas por sua temática puramente externa. (LUKÁCS.1971, p.15 apud TROUCHE, 2006, p.36)

No caso da representação feita no romance, é possível encontrar características comuns da produção textual da história segundo a definição do romance no estudo da teoria literária e sua relação com o discurso histórico, como afirma Pedro Brum Santos (1996).

O romance, pelo fato de ser uma manifestação em prosa, de possuir um cunho narrativo e de consistir num discurso que incide sobre uma realidade vivida, recuperando aspectos da vida corrente, passa a dividir com a historiografia a função de organizar os fatos em uma ordem discursiva. [...] a forma prosaica eleita pelo romance, o caráter de painel de seu enredo, a caracterização de seus protagonistas, os eventos que elege contar, tudo isso o coloca mais próximo do historiográfico. (p. 16)

O romance histórico é uma mescla de ficção e história que por meio da narrativa reconstrói os acontecimentos registrados pelo tempo, com um enredo composto de personagens reais do passado ou fictícios, e situações de transformação vivenciadas na forma de representação do passado num espaço-tempo que de certa forma mostra o ser, o agir e o pensar dos personagens. Semelhante aos demais gêneros literários, possui “uma estrutura particular, isto é, os fatos de que se constitui uma narrativa são apresentados numa certa organização, localizam-se num espaço e numa época identificáveis no texto” (CARDOSO, 2001, p.35). Seu objetivo principal é recriar uma determinada realidade, e nessa criação literária o autor reconstrói um mundo conforme suas concepções e ideias.

Antônio Esteves (1998), em sua reflexão sobre as características do romance clássico definidas por Georg Lukács, esclarece que a ação do romance ocorre no passado e tem como fundo o ambiente histórico reconstruído, no qual os personagens e fatos são resultado da criação do escritor, tendo como base a mentalidade de seu tempo. Nesse sentido, o romance faz uso da ficção com fatos e personagens que não existem, mas poderiam existir na forma de representação seguindo os critérios da “verossimilhança”. É em razão disso que o romance demonstra relação estreita com a história.

No caso da obra *Guayrá*, ela mistura realidade e ficção não linear²⁴, é narrada em terceira pessoa e o foco central é nos eventos históricos. Sua narrativa contém vestígios documentais que podem ser identificados em sua leitura, e sua historicidade exige a presença de elementos fundamentais na estrutura narrativa, como os personagens, eventos, espaço, tempo, narrador e o contexto do século XVII. O romance também possibilita descobrir as intenções e inspirações do autor na construção de seu enredo.

Na escrita do romance a realidade é alterada; as causas mais prováveis dessa transformação são o processo sofrido pelo “material histórico” ao ser utilizado pelo autor, que acaba ficando repleto de subjetividades e também devido ao fato do escritor ter que lidar com a necessidade de transformar o real em linguagem através da seleção e da organização das informações.

Os romancistas, de forma semelhante aos historiadores, descrevem o passado pela apropriação do conhecimento histórico, questionando e criticando a história oficial. Não existe um atalho para acessar este conhecimento tido como “verdade”, sendo que este deve ser comparado com a realidade ficcional. Sendo assim, os romancistas também se aventuraram em representar os “movimentos coletivos e anônimos”, partindo de perspectivas diversas que tornam o acontecimento histórico “espontâneo e autônomo”. Aliás, o escritor se apropria de eventos atribuindo significados em uma ordem lógica. Segundo Eberhard Lämmert (1995), no romance

²⁴A ficção não linear é caracterizada pelo enredo não-linear, ou seja, que não segue uma cronologia. Pode ser composto de pontos de vistas que criam capítulos diferentes. Nesse tipo de narrativa o autor alterna o andamento da história nos vários personagens, não existe foco em um só personagem. O escritor escolhe no início do capítulo um personagem que apresenta sua visão daquilo que está acontecendo no momento e os demais personagens podem se encontrar ao longo da narrativa, no entanto, esse encontro é contado pelo ponto de vista do personagem que está na vez. (VIEIRA, 2017)

é possível perceber que foram necessários esforços para que este fosse considerado válido se comparado à historiografia.

O romance histórico não é apenas "irmão igual da História", mas também uma complementação necessária daquela "literatura de eruditos para eruditos, pela qual a maioria da nação passa sem tomar parte." Somente o romance extrairia de notícias legadas o retrato completo de uma época passada, e transformaria [...] para o leitor em uma vivência imediata, ainda que nisso pessoas e datas [...] não raro se confundam um pouco. (LÄMMERT, 1995, p.7)

Para analisar o romance histórico é necessário compreender a relação entre a ficção e realidade na representação contida na obra literária, bem como as percepções e figurações que auxiliam na criação de imaginários. Esta carrega marcas da história de uma sociedade, de um lugar e de um tempo, abordando as relações sociais presentes. A representação por ela realizada é tão real quanto o próprio real, sendo assim a literatura é um testemunho histórico.

O romance, assim como a história seleciona, simplifica e organiza o conhecimento histórico na forma de narrativa. Mas se a história utiliza o tempo cronológico, no caso da ficção o autor é senhor do tempo no qual a vida humana se realiza. Neste tipo de narrativa também existe o tempo psicológico ou metafísico, sendo que este detém influência nas vivências subjetivas em razão dos sentimentos e conflitos internos dos personagens. Busca-se na narrativa literária a variabilidade da mesma, que possui diferentes modos de instituir imaginários e construções do passado e presente.

Na ilustração das características do romance histórico utilizamos como fonte o livro *Guayrá*. Inicialmente é preciso observar que este é dividido em quatro partes: "o canto resplandecente; os altares; as ruínas e a terra sem mal."

A primeira parte trata da província do Guairá, terra das tribos indígenas, com a descrição de sua cultura e mitologia, dos planos da igreja católica e da coroa espanhola de catequizar os indígenas.

O segundo momento da narrativa aborda a chegada dos missionários jesuítas e a fundação das missões, com ênfase no empreendimento da catequização, bem como a resistência dos caciques.

A terceira parte narra os ataques dos bandeirantes e mamelucos às reduções, as ações da igreja e dos governantes das províncias e a destruição das missões. Na

quarta e última parte o capítulo explora a fuga dos guayrenhos guiada pelo Pe. Antônio Ruiz de Montoya e sua chegada ao Tapé (RS).

Nessa análise sobre o romance histórico é importante levar em consideração o processo que antecede a redação do romance. Este não é somente de inspiração, mas também de pesquisa, estabelecendo critérios de realidade e ficção. A pesquisa e a redação do romance *Guayrá*, realizada pelo escritor Marco Aurélio Cremasco, durou cerca de onze anos, incluindo a data de publicação no ano de 2017²⁵. Para chegar a essa temática das missões do Guairá no século XVII, primeiro o autor teve contato com a história das reduções por ter nascido e morado até os treze anos na cidade de Guaraci, situada no Norte Paraná, próxima ao município de Santo Inácio que abrigou a missão jesuítica San Ignacio Mini.²⁶ Além disso, de acordo com o escritor, “morou e estudou em Santa fé e Paranavaí, obtive a graduação em Maringá. Ambas cidades localizadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Rios que, juntos com os rios Paraná, Piquiri e parte do Iguaçu, delimitam a região do *Guayrá*”²⁷.

Na descrição realizada pelo autor em seu relatório de atividades²⁸, percebe-se que este buscou conhecer essa história, partindo em uma viagem rumo aos territórios das missões na província de Misiones, na Argentina²⁹, percorrendo San Ignacio Mini e Nossa Senhora de Loreto, depois indo em direção a São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul.

A ideia inicial do autor, após conhecer a história e os vestígios das missões, era escrever um romance sobre as missões do Rio Grande do Sul. Em meio à pesquisa e coleta de informações, descobriu que as missões tiveram início no Guairá, atual Paraná.

O autor realizou percurso pelos territórios onde estão os vestígios das missões da província do Guairá, em específico no Norte do Paraná, nas cidades de Santo Inácio e Itaguajé que abrigaram as primeiras missões jesuíticas do sul do Brasil. Na primeira cidade teve contato com as peças cerâmicas do museu e também visitou o sítio arqueológico da redução de San Ignacio Mini, próximo às margens do

²⁵Informação extraída da entrevista com autor no dia 6 de novembro de 2017.

²⁶ Missão fundada em 1610 pelos jesuítas José Cataldino e Simón Maceta, no Norte do Paraná.

²⁷ Informação da entrevista com autor no dia 6 de novembro de 2017.

²⁸ CREMASCO, M. A. Evangelho do Guayrá – Relatório Final de Atividades. Bolsa Funarte de Criação Literária 2010. Rio de Janeiro: Funarte, 40 p., 2011.

²⁹Após a destruição das missões na província do Guairá pelos bandeirantes paulistas em 1632, foram reconstruídas no Rio Grande do Sul, os Sete Povos das Missões e na região das Misiones na Argentina.

Paranapanema. Nesse sítio, como afirma o escritor, se reflete o descaso com a história local e com os patrimônios. “De todas as ruínas visitadas, aquela placa³⁰ foi a que mais nos marcou, pois representou a ruína da memória.” (CREMASCO, 2011, p.4)

Para visitar o sítio da missão Nossa Senhora de Loreto, o autor teve que buscar informações para a pesquisa por meio da cartorária do município; nesse caso, a localização do sítio na cidade de Itaguajé, sendo que o local da missão também apresentava sinais de abandono. De acordo com afirmação do escritor, “a viagem e outras tantas memórias juntaram-se, impulsionando a vontade de escrever, reconstruir ruínas, tornar visível um passado obscuro para inúmeros brasileiros, inclusive para mim” (CREMASCO, 2011, p.3). No esclarecimento sobre a pesquisa, Cremasco (2011, p.4), explica que “na medida em que eu me afogava em informações, um mundo novo esforçava-se para descortinar-se, [...] o ser inquieto e inconformado tomou o seu devido lugar na minha alma”.

Após realizar as pesquisas sobre a temática, começou a etapa de produção da obra literária na qual foram “movimentadas determinadas práticas culturais e representações, sem contar que o próprio livro, depois de produzido, difundirá novas representações e irá contribuir para a produção de novas práticas”³¹. Essas práticas seriam relacionadas aos “modos de escrever, de pensar ou expor o que será escrito, bem como editoriais reunindo o que foi escrito para transformá-lo em livro, ou ainda artesanais na construção material do livro” (BARROS, 2004, p.80). Nessa etapa é possível identificar marcas de expressão do autor e de seu tempo, isso se reflete na própria escolha de um tema próximo a ele, sua escrita carrega marcas subjetivas das forças empregadas em sua produção e das expectativas com relação à obra. É dentro dessa perspectiva que a ideia de “*representação*”, está intimamente ligada à interpretação, seja esta do mundo ou de determinada realidade, relacionada a um tempo e a um lugar, podendo ser tanto objetiva quanto subjetiva.

³⁰Placa indicativa do sítio arqueológico da Redução de Santo Inácio – PR, caída no chão, amassada e com algumas palavras apagadas.

³¹BARROS, José D'assunção. *O campo da história: Especialidades e abordagens*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 8ª Ed, 2013. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

A representação é assim resultado da mistura de aspectos “individuais” e “coletivos” que influenciam o ofício do escritor, pois este não consegue dar vida ao romance histórico sem ter contato com a sociedade, cultura e história.

Segundo a historiadora Sandra Pesavento (2003), o conceito de representação é o de estar no lugar de um ausente, tornando sensível sua presença. Sendo assim, é apresentar de novo, fazer uma substituição; embora haja discordância, a autoridade do texto histórico torna possível que este fique no lugar do passado. Todavia é preciso recordar que a problematização é parte do ofício do historiador e que o conhecimento histórico é uma construção. Seguindo essa linha de pensamento, o conceito de representação se torna fundamental na compreensão da aproximação e do distanciamento epistemológico entre a história e a literatura, em razão desta pertencer ao campo teórico das representações e o historiador possuir a capacidade de *reinterpretar* esse diálogo entre textos e leitores. Nesse sentido, como explica Chartier (1990), o documento literário é uma representação do “*real*” ligada à realidade do texto que segue as regras do gênero literário, nesse caso, o romance, sendo este um testemunho excepcional que cria um real dentro da “historicidade de sua produção” e de acordo com as intenções de sua escrita, com o uso de uma linguagem específica. Desse modo, a literatura pode ser tida como forma de ler, interpretar, dizer e fazer uma representação social e histórica de forças presentes em cada época e sociedade, das experiências humanas, de hábitos, ações, sentimentos, criações, pensamentos, inquietações, expectativas e sonhos, entre outros.

A literatura se aproxima do real, pois é capaz de criar um mundo através da narrativa, dialogando com a realidade, ao tratar de algo que existe ou criar algo; assim, faz uma reflexão sobre a realidade e as possibilidades de “vir a existir”. O romance reconstrói o passado, se apropriando deste, e de documentos, técnicas do campo de estudo da história, atuando como um meio de criar o “efeito de realidade.”

1.3 O imaginário literário do século XVII no romance histórico *Guayrá*

O conceito de imaginário³² possui uma relação múltipla em razão do conjunto de representações e símbolos que adentram as práticas coletivas, podendo ser definido de acordo com cada época e cada sociedade, que detém características particulares, sua própria forma de imaginar, acreditar, pensar, sentir e reproduzir os imaginários coletivos e individuais. Dessa forma, o imaginário exerce um controle sobre a vida, principalmente com relação ao poder, guiando os indivíduos e suas ações, sendo que isso influencia também os comportamentos, seja de aceitação ou de recusa; é ao mesmo tempo um fenômeno social e coletivo.

O imaginário quando interpretado historicamente possibilita ter consciência das relações culturais e sociais. No que se refere ao imaginário no romance *Guayrá*, a relação estabelecida com os símbolos de tradição e cultura torna possível identificar “a memória e os conflitos” de interesses que determinam “papéis e posições sociais ao longo do tempo”. Para White (1991), o discurso imaginário tem uma linguagem que é ao mesmo tempo forma e conteúdo, sendo que o conteúdo linguístico precisa levar em conta os demais, seja este genérico, factual ou conceitual³³, que compõem a totalidade do discurso. Ao discutir sobre a imaginação, a ficcionalidade e o imaginário na escrita histórica e literária, é fundamental refletir sobre aproximação entre literatura e história por meio do conceito de representação.

O imaginário do século XVII suscitado pelo romance *Guayrá* nos conta um passado que ocorreu há mais de 400 anos, quando os primeiros espanhóis fincaram raízes em uma terra chamada de Guairá, habitada por tribos indígenas que viviam da caça e por índios canibais, uma nação feroz e difícil de ser reduzida pela força. (CREMASCO, 2017)

Os primeiros viajantes que por essa terra passaram não conseguiram submeter esses povos, que resistiram bravamente, liderados por Guayrakã; foi necessário o auxílio da igreja católica, que autorizou o envio dos missionários jesuítas aos territórios

³²O termo aqui é utilizado para se referir a imaginação literária e não ao conceito histórico acerca do imaginário.

³³ Os conteúdos são indissociáveis entre si, sendo que o factual é relacionado à memória, fatos, datas, nomes e números. O conceitual se refere à construção pessoal, como os conceitos, e alfabetos, resultados do pensar, compreender e comparar. O genérico não é específico, emprega várias coisas, embora de forma imprecisa.

do Guairá, cujo empreendimento de catequização sofreu a resistência dos índios, resistência essa protagonizada por Atyguajé e Guyrawerá (CREMASCO,2017). Para o projeto de evangelização funcionar era necessário a edificação das reduções em localizações estratégicas e a introdução de conceitos sobre céu e inferno, estabelecimento da monogamia e de vestimentas, forçando os indivíduos a reorganizarem o seu espaço social e cultural. Dessa forma, essa reorganização permitiu o controle dos índios na redução, formada em poucos meses. As construções das reduções jesuíticas foram motivadas por interesses religiosos, políticos, como também econômicos, em que os nativos trabalhavam nas plantações de erva mate.

Ao todo foram fundadas cerca de treze missões na província do Guairá entre os anos de 1610 e 1628, sendo que aparecem na narrativa do romance: nas margens do rio Paranapané (Paranapanema), as missões de Nossa Senhora de Loreto de Pirapó (Loreto 1610) e Inácio do Ytaúbusu (San Ignacio Mini 1610); próximas às margens do Tyvajyva (Tibagi) São Francisco Xavier Tayaty (São Francisco 1622), Nossa Senhora de Encarnação do Nhuntygui (Nossa Senhora da Encarnación1625), São José (São Joseph1625) e São Miguel do Yvytyrusu(São Miguel 1626); nas margens do rio Ivaí Sete Arcanjos do Kurimatây (Sete Arcanjos 1627) e São Tomé (São Tomé1628). No rio Pikyry foram as missões de Jesus Maria do Ypyaê (Jesus Maria de Guaraverá1628), São Pedro do Pikyry (São Pedro de Los Piñares1627) e Nossa Senhora da Conceição (Nossa Senhora da Conceição1627). No entanto, as raízes plantadas aos poucos foram sendo arrancadas à força pelos bandeirantes e mamelucos.

As sucessivas invasões e a destruição das missões no Guairá ocasionaram lutas armadas, com inúmeras mortes e a fuga dos sobreviventes para outras regiões. Como consequência das condições inóspitas muitos acabaram retornando para o Guairá (como fez Itawerá), onde foram mortos pelos bandeirantes ou se perderam no caminho. As descrições do imaginário são assim um complemento do plano de realidade concreta, repleta de imaginação com referências a mitos e arquétipos. Sendo assim, o imaginário de cada indivíduo pode ser vasto ou ínfimo, de acordo com a capacidade mental de representar determinado objeto.

Alguns autores se aventuraram a descrever esse imaginário literário das missões no Guairá, um deles foi Alfred Döblin em seu romance “Das indianische

Kanaan”³⁴ (O Canaã Indígena), publicado nas primeiras décadas do século XX. Muito desse imaginário é baseado em narrativas da época, como os registros documentais dos padres jesuítas Antônio Ruiz de Montoya³⁵, Antônio Sepp e Anthony Behme³⁶ e o relato do Pe. Antônio Sepp S.J.³⁷ que se preocuparam em descrever as missões no Guairá. Nenhuma dessas narrativas, no entanto, consegue dar voz aos silenciados e esquecidos como o faz o romance *Guayrá*. Talvez isso se deva à própria origem do escritor, com uma ligação profunda com essa terra e com essa história. Este mostra uma sensibilidade ao tratar do imaginário do século XVII e é possível identificar marcas da subjetividade e uma busca de identidade.

Esse imaginário construído pelo escritor no romance histórico é carregado de elementos da cultura indígena, com menções a lendas como do Kurupira e Ka’aporá, além de personagens históricos. Esse tipo de literatura histórica tem relação profunda com o território da América Latina e traz consigo uma “necessidade de romper com o silêncio imposto pela colonização forçada”³⁸, que acabou excluindo “o direito dos dominados de contar a própria história”, no caso os indígenas guayrenhos. Isso contribuiu durante muito tempo para a permanência do discurso dominante do conquistador em detrimento de uma história abrangente e descentralizada (LAVORATI; TEIXEIRA, 2010). Desse modo, o romance proporciona acesso privilegiado ao imaginário da sociedade e contém informações que as outras fontes não possuem, como as formas de agir, pensar, sonhar e se relacionar no século XVII, em especial com relação a forma de pensar o mundo e a si mesmos, a sensibilidade dos indivíduos e os valores que guiavam suas ações. (PESAVENTO, 2003)

Para o escritor, na reflexão de Cremasco (2011, p. 5-6), não é uma tarefa fácil “estabelecer fronteiras entre a motivação e o fazer literário.” É preciso ter paixão, mas também trazer “um distanciamento de uma proposta estética para a ficção”, pois o maior “desafio do autor estava, em subverter o conhecimento canônico da História. E

³⁴Nesse romance o escritor alemão Alfred Döblin, narra a criação e o florescimento das primeiras reduções jesuíticas na província do Guairá no sul do Brasil, as reações contrárias e a tentativa de criar uma comunidade no meio do paraíso americano e o fracasso desta.

³⁵Livro publicado em (1639), “Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape.”

³⁶Livro publicado em (1697), “An Account of a voyage from Spain to Paraquaria.”

³⁷Livro “Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos”. Biblioteca histórica Brasileira. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A, 2º Edição.

³⁸LAVORATI C; TEIXEIRA N. C. R. “Diálogos entre Ficção e História: Do Romance Histórico clássico ao novo Romance Histórico”. Revista Odisseia- PPGEL/UFRN, Nº6, jul-dez, 2010. Disponível em:<<https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/2070>>. Acesso em: 20. ago.2017.

para isso “era preciso conhecê-la minimamente para assim questioná-la e torná-la personagem de si própria.”

CAPÍTULO 2

A gênese do conflito nas reduções jesuítas na obra literária *Guayrá* e a relação com a historiografia do Paraná colonial

2.1 *Historiografia do Paraná pré-colonial*

A historiografia referente aos séculos XVI e XVII, período em que ocorreram os aldeamentos indígenas, também conhecidos como reduções guaraníticas na província jesuítica do Guairá, identifica as ações onde hoje se localiza parte do atual Paraná, mas que em 1494 pertencia a Espanha devido ao Tratado de Tordesilhas. Nessa divisão imaginária do meridiano de Tordesilhas, os limites dos territórios espanhóis ficavam na baía de Paranaguá (PR), e para os portugueses na altura da laguna (SC). Segundo Lucio Tadeu Mota e Nádia Moreira Chagas (2011), os territórios do Guairá eram:

Delimitados pelos rios Paranapanema ao norte, Paraná no Oeste, Tibagi a leste, um pedaço do Iguaçu no Sul, Ivaí e o Piquiri a sudeste e sudoeste, com adjacências, desde a Cananéia até o Rio da Prata, habitado por indígenas e local por ordem viajaram espanhóis, portugueses e exploradores de outras nacionalidades. (p.11)

Esse período do século XVII data a destruição das missões no Guairá pelos bandeirantes e a fuga dos índios pelo rio Paraná; canoas foram lançadas nas grandes quedas que haviam e destruídas, índios e missionários acabaram seguindo a pé em dois grupos: o primeiro foi para as margens do rio Iguaçu e outro seguiu para os territórios da atual Argentina, reconstruindo as reduções de Nossa Senhora de Loreto e San Ignacio Mini. Esse primeiro grupo teve que fugir pouco tempo depois para as margens do rio Uruguai devido aos ataques dos bandeirantes, formando a redução de Santa Maria, já em território argentino.

Os historiadores do Paraná colonial, desde o início do século XX, tinham como preocupação o estudo da colonização do território pelos conquistadores, vistos como os desbravadores de uma terra selvagem e desabitada. Essa visão sobre a história colonial do Paraná foi consolidada pelo chamado “Movimento Paranista”, composto por intelectuais, políticos e figuras de elite, que buscava criar uma identidade do que é “ser” paranaense. Estes estudiosos descreviam a história a partir da chegada dos

européus, a edificação das vilas e o povoamento da região do Guairá. Sendo assim, acabou relegando à posição inferior ou mesmo ocultando a presença indígena, e ressaltando o conquistador. “Essa omissão do indígena era uma forma de justificar assim, a prática da conquista dos territórios empreendida pelos europeus.” (CHAGAS; MOTA, 2011, p.46)

Entre os historiadores paranaenses que seguem essa linha de estudo da história do Paraná colonial estão: Romário Martins³⁹, historiador, jornalista e ecologista, um dos principais integrantes do Movimento Paranista. Aliás, é considerado fundador e presidente perpétuo do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico. Seu livro “História do Paraná” (1937), aborda a gênese do povo paranaense, apesar de confirmar a presença de tribos indígenas na região do Guairá no início do século XVI e de conflitos com os espanhóis. Estes aparecem só em relação aos europeus, no texto são citadas vilas espanholas, as reduções jesuíticas e a destruição destas pelos bandeirantes paulistas. Além desse, outro autor que pode ser destacado é Silveira Neto, cronista, poeta e jornalista, em seu estudo relata a existência de índios no Guairá no século XV. Este utiliza os relatos das viagens de Aleixo Garcia sobre a República Teocrática e a formação das vilas espanholas na região e a fundação das treze missões jesuíticas. (CHAGAS; MOTA, 2011)

O terceiro nome é Ruy Christovam Wachowicz⁴⁰, historiador brasileiro e membro da Academia Paranaense de Letras. Autor da pesquisa “História do Paraná” (1972) e de material didático sobre a ocupação do território paranaense. Este aborda em seus estudos a história da província do Guairá e ressalta as incursões dos bandeirantes na região.

Por último, pode ser ressaltado o autor David Carneiro⁴¹, engenheiro, historiador, poeta e membro da Academia Paranaense de Letras. Escreveu de forma constante sobre a história do Paraná, e utilizou os relatos dos viajantes e aventureiros como Cabeza de Vaca e Hans Staden. Esses estudiosos priorizavam o conquistador

³⁹URKIV, José Erondy. *Romário Martins e a Historiografia Paranaense*. EDUCERE- Revista da Educação. vol.2, n.2.jul/dez, 2002. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br>>. Acesso em: 20. ago.2017.

⁴⁰WACHOWICZ, Ruy. *Arquivo Público do Paraná*. Disponível em:<<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>> Acesso em: 21. ago.2017.

⁴¹CARNEIRO, David. *Biografia*. Disponível em:<<http://www.cbg.org.br/novo/colégio/historia/galeria-socios/david-carneiro/>>. Acesso em: 28. ago.2017.

por utilizar como fonte os relatos dos viajantes⁴², dos conquistadores, dos jesuítas e dos documentos coloniais que sobreviveram à ação do tempo.

Havia na história “uma política de omissão com respeito aos habitantes [...], sendo que os europeus acreditavam que, se não podiam fazer esses povos desaparecerem, eles seriam então integrados” (CHAGAS; MOTA 2011, p. 46). Sendo assim, o índio foi ocultado ou apresentado de forma enviesada e a escrita da história por muito tempo negligenciou a resistência indígena e as inúmeras mortes decorrentes dos conflitos que ocorreram no Guairá, contribuindo assim, com a ideia do “vazio demográfico”. Até mesmo outras fontes foram influenciadas por essa ideologia, entre elas: “a história oficial das companhias colonizadoras; os discursos governamentais; os escritos que fazem a apologia da colonização; a geografia que trata da ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia paranaense produzida nas universidades, e por fim os livros didáticos”. (MOTA, 2011, p.10)

John Monteiro (1992)⁴³ afirma que sabemos pouco sobre a história dos povos indígenas e que o imaginário paranaense ainda contém “distorções e preconceitos” ao tratar das populações indígenas. Nesse sentido, a historiografia “tem atribuído ao índio um papel de figurante mudo ou de vítima passiva da colonização”. Além disso, na escrita da história, muitas vezes o índio é esquecido, ou apresentado como um mero objeto. O autor ainda conclui que no caso dos indígenas do sul do Brasil, “falta aos estudos históricos a percepção de que a presença e participação Guarani nos múltiplos processos que transformaram a geografia humana [...], tenham sido elementos decisivos na história colonial.” (MONTEIRO, 1992, p. 476)

A historiografia do século XX, após algum tempo passou a se preocupar em discutir a colonização como um processo de conflito, considerando como uma guerra de conquista.

A exploração dos índios pelos europeus nas plantações de erva mate e nos canaviais, por exemplo não ocorreu sem uma resistência, ou em aceitação total e pacífica, como é corrente em vasta historiografia. Nessa perspectiva, desde o século XVI até os dias atuais, os povos Guarani tem sido objeto de pesquisa do conhecimento histórico e etnográfico, e é um desafio crítico para ambas áreas com relação às

⁴² Os principais viajantes que se tem notícia, que passaram pelos territórios do Guairá foram: Aleixo Garcia, Hans Staden, Cristovão de Saquedra, Fernando Salazar, Ulrich Schmidel e Ruy Dias Melgarejo.

⁴³ MONTEIRO, John M. *História e resistência dos índios*. In: NOVAES, Adauto (Ed). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

incertezas sobre como esses povos viveram, pensaram e fizeram história. Dentre os pesquisadores que destacam os conflitos indígenas, pode-se citar o filósofo e antropólogo francês Claude Lévi-Strauss⁴⁴ que contribuiu para compreensão do comportamento, mentalidade e cultura indígena por volta de 1930, nos primeiros estudos da antropologia brasileira. Ainda nesse período destaca-se as contribuições no estudo das comunidades indígenas brasileiras feita por Darcy Ribeiro (1996)⁴⁵, que destaca o contato dos indígenas com a expedição do general Candido Rondon.

Aliás, segundo John Manuel Monteiro (1992, p.482), “a história a respeito da conquista dos Guarani foi retratada muitas vezes como processo contínuo, homogêneo e fácil movido por uma incontestável superioridade dos europeus.” Sabe-se que houve resistência à exploração, que os índios faziam tocaias e guerrilhas, espalhando o pânico. Na região do Guairá, pôr exemplo, “os índios guaranis resistiram às invasões e destruíram a expedição portuguesa de Jorge Sardenha em 1526 e ofereceram uma longa e tenaz resistência aos espanhóis.” (HELLER, 2011, p.44)

A história da colonização do território paranaense tem sido um tema de interesse de estudos atuais com relação a vários aspectos. Um desses aspectos, como afirma Eric Robert Wolf (2005)⁴⁶, é referente à “importância dos povos indígenas [...], atuantes em todos os aspectos da existência humana, que na região do Guairá, promoveram grandes lutas contra a conquista dos territórios por eles ocupados.” (apud CHAGAS; MOTA, 2007, p. 5)

A historiografia recebe contribuições também da teoria pós-colonial esse tipo estudo segundo, Portugal e Hurtado⁴⁷ (2015), visa o questionamento e a desnaturalização dos discursos históricos com representações estereotipadas e negativas sobre o passado indígena na América. Esta vertente trata dos efeitos da colonização sobre os colonizados, resgatando as vozes de diferentes grupos sociais, incluindo os povos indígenas, cuja memória e experiência histórica foi marginalizada ou desclassificada pela história oficial. Essas visões negativas e generalizadas sobre os povos indígenas na historiografia foram construídas sob o olhar colonialista e eurocêntrico. Dessa forma, os estudos pós-coloniais buscam uma outra perspectiva

⁴⁴LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. Tradução de Jorge Constante Pereira e revisão de Ruy de Oliveira e Henrique Fiuza. Lisboa: Edições 70, 1986

⁴⁵RIBEIRO, D. *Diários Índios: os Urubus-Kaapor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁴⁶WOLF, E. *Europa y la gente sin história*. 2ª ed. México: FCE, 2005.

⁴⁷PORTUGAL, AR., and HURTADO, LR., orgs. *Representações culturais da América indígena* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

(PEREIRA, 2010). Sendo essa direcionada ao fim da “história isolacionista” e seguindo a visão histórica “interacionista”, preocupada em como as várias culturas tem se relacionado ao longo dos anos.

Para Francisco Silva Noelli (1999), a História colonial paranaense está para ser escrita no que se refere à inclusão dos indígenas, sendo necessário a contribuição interdisciplinar, com o levantamento de informações preencham as exigências para uma história simétrica com relação aos indivíduos, eventos e processos históricos. Aliás, a historiografia recente tem procurado desmistificar a noção de que os índios não são importantes na história desse período, principalmente pela ideia de que povos de tradição oral, cuja história não tem escrita, não são passíveis de serem estudados. Essa “ausência” contribuiu para que o indígena fosse descrito de forma fantasiosa como dócil e submisso, ocultando-se todo o confronto, resistência e luta contra a invasão impiedosa e o massacre dos povos. Como estudo recente sobre a resistência indígena no Brasil, pode-se ressaltar a obra do historiador e professor Benedito Preziosi, “História da resistência indígena-500 anos de luta⁴⁸” (2017).

Em várias ocasiões houve a resistência, principalmente nos territórios do Guairá, lugar de trânsito dos europeus, como rota para Assunção em direção às vilas do litoral da colônia, local em que ocorreram guerras constantes.

A conquista da província ocorreu aos poucos “com o uso da espada, do arcabuz, da besta, da cruz, das doenças e dos acordos. Sendo esses quase sempre rompidos”. (MOTA 2011, p.10). Desse modo, torna-se claro que o território teve que ser conquistado através de lutas e massacres dos indígenas. Por um longo tempo, houve essa omissão na história e os pesquisadores vêm tentando desconstruir essa visão que ocultava a presença indígena. Isso é possível através das evidências documentais e arqueológicas que mostram que havia o interesse dos europeus em dominar este espaço a qualquer custo, para realizar a conquista e a exploração.

Seguindo o interesse pela história das missões jesuíticas, o romance histórico *Guayrá* apresenta uma narrativa com muitos elementos de uma pesquisa documental, das tradições orais indígenas com menção a uma cosmogonia, mostrando uma organização social e religiosa. O romance é exemplo de um outro ponto de vista, em

⁴⁸Esta aborda o período de chegada dos europeus, no século XVI, ao início do XXI, e recupera traços da memória indígena e o papel que estes tiveram na história do Brasil, repleto de histórias heroicas de resistência e esperança. Na obra cita o estudo linguista Tzvetan Todorov, com relação a descrição da conquista da América como palco de um genocídio.

contraposição a essa historiografia cujo herói era o conquistador, e a literatura clássica brasileira inspirada no ícone da pureza do continente americano e no mito do “bom selvagem”⁴⁹, que ocultaram essa guerra de conquista.

⁴⁹ Ícone de pureza do continente americano, o ideal do “bom selvagem”, formulado Jean Jacques Rousseau.

2.2 Análise do romance *Guayrá* e a comparação com a historiografia

Guayrá faz amplo uso da historiografia ao mostrar a importância do indígena na história da ocupação do atual Estado do Paraná. A narrativa de Marco A. Cremasco consegue criar um fecundo imaginário das reduções guaraníticas do século XVII. Consegue cumprir rigorosamente seu papel, pois nas ondas expansivas da *Querelle des Anciens et des Modernes*⁵⁰, o escritor de romances passa a ser elevado a uma nova categoria que na antiguidade se atribuía às epopeias homéricas, assumindo então o papel que pode ser considerado como de “criador e historiador ao mesmo tempo” (LÄMMERT, 1995, p.289). Isso porque, através do romance ficcional, o escritor consegue ter vantagem sobre a historiografia.

Com a força imagética imediata de seus textos, não apenas anima o diálogo com o passado de forma sempre nova, como podem também desentranhar uma visão de relações de vida, para as quais nem as instituições sociais nem as ciências jamais encontraram, no passado ou no presente, soluções compatíveis com a dignidade humana. (LÄMMERT, 1995, p.304)

Através da análise percebe-se que tanto a historiografia quanto o romance oferecem, versões da realidade, embora cada qual com suas especificidades. Observando a estrutura do romance, “a escrita apresenta o mesmo estilo de outras obras do autor, em que narração e diálogo compõem um só corpo textual.⁵¹” Identifica-se que este faz uso de vários estilos, com alternância de vozes que serão explicados com base no conceito de polifonia⁵², formulado pelo filósofo da linguagem Mikhail Mikhailovich Bakhtin em 1929, e estendido posteriormente à análise do gênero romance.

Para Bakhtin (2008), a polifonia, de origem medieval gótica, é inconclusa⁵³, e ocorre na presença de outros textos dentro de um texto. Ela é parte essencial de toda

⁵⁰A querela dos antigos e dos modernos são duas oposições da literatura, no final do século XVII, em que os antigos defendiam os grandes autores, para que estes fossem o único modelo de criação e os modernos enquanto isso, acreditavam na inovação.

⁵¹ Informação extraída da entrevista com autor no dia 6 de novembro de 2017.

⁵² Bakhtin desenvolve o conceito de polifonia, a partir da análise dos elementos constitutivos da obra “Problemas da poética de Dostoievski”, definindo o mesmo como criador do romance polifônico.

⁵³Bakhtin (1981, p.24) ressalta em sua análise sobre a polifonia aspectos das obras de Dostoievski: “Gente Pobre” (1846); “O Duplo” (1846); “Crime e Castigo” (1866); “O Idiota” (1869); “Os Demônios” (1872) e “Os Irmãos Karamazov” (1880), afirmando que no romance polifônico uma característica da

enunciação, já que em um mesmo texto, diferentes vozes se expressam, sendo que todo discurso é formado por vários discursos. No caso do romance polifônico cada personagem é um ser autônomo com visão de mundo, voz e posição própria no mundo.

Com base na ideia de polifonia, Bakhtin afirma que é característico do romance ser “*plurivocal*”, ou seja, ser composto de múltiplas vozes, sendo que a essência da polifonia consiste no fato das vozes permanecerem independentes, sem a subordinação teleológica. Na análise do romance polifônico, Bakhtin (2008), esclarece.

Em toda parte, é o cruzamento, a consonância ou a dissonância de réplicas do diálogo aberto com as réplicas do diálogo interior dos heróis e [...] um determinado conjunto de ideias, pensamentos e palavras passa por várias vozes imiscíveis, soando em cada uma de modo diferente (p.308).

Nesse sentido, no romance polifônico o escritor, “não define as personagens e suas consciências, à revelia das próprias personagens, mas deixa que elas mesmas se definam no diálogo com outros sujeitos-consciências” (BEZERRA, 2005, p. 195).

No caso da obra *Guayrá*, ela apresenta em cada divisão dos capítulos os fatos com foco em indivíduos diferentes, começa com o indígena habitando o Guairá com sua história e cultura e depois alterna nos padres jesuítas com sua visão de salvação das almas, nos vicentistas⁵⁴ com seu ódio à igreja católica e na conclusão com a voz e consciência de Itawerá

O enredo do romance traz passagens marcantes, que tecem a rede de relações sociais, culturais, políticas e religiosas na província do Guairá no século XVII. (SILVA, 2017) As relações apresentadas na narrativa vão de encontro com a historiografia recente, que busca mostrar a importância dos povos indígenas. Isso verifica-se já no prólogo do livro, partindo da presença do índio com ênfase em sua cultura e crença.

No primeiro capítulo do romance, intitulado “Dança para Nhanderu”, o trecho inicial descreve a criação mundo na tradição indígena, como uma espécie de gênese.

obra é a inconclusibilidade, pois na trama “não há superação dialética entre a multiplicidade de consciência que povoa os seus romances, os problemas e as contradições não se resolvem, continuam irremediavelmente contraditórios.” (apud ROMAN, 1992, p.210)

⁵⁴“vicentistas” é a forma como eram chamados os bandeirantes de São Paulo que vinham traficar índios carijós nas terras do Guairá.

Nhanderu⁵⁵ despertou e percebeu que estava só no mar eterno. Emergiu. A noite o envolvia e não oferecia esperança ao dia. Nada havia. Deu verbo a solidão e a essa parte Dele nomeou Mba' ekuá⁵⁶, a primeira luz, e dela a centelha que insinuou no Seu peito, a qual chamou Kará⁵⁷. Chorou e preencheu a imensidão. Do soluço, o relâmpago e o trovão. Das lágrimas, a chuva e essa parte Dele Tupã⁵⁸. Dos olhos embaçado, a primeira neblina, transformada em brisa para conforta-Lo e a essa parte Dele, Jakairá⁵⁹. Criou Mba' awerá⁶⁰ e as palmeiras sagradas. Plantou quatro delas além dos grandes rios, por Ele criados. Enviou-se para cuidar de cada pindó⁶¹. Jakairá foi para o norte, além do Parapané⁶². Mba' eukaá ao sul, longe do Pikiry⁶³. Tupã ao oeste, distante do Paranã. Kará a leste, adiante do Tyvajyva⁶⁴. Sentiu-Se pronto para a criação a partir de suas partes, que são as palavras-alma. (CREMASCO, 2017, p.13)

Nessa descrição são mencionados deuses, divindades e entidades relacionados à natureza, nomeados na língua indígena, principalmente no dialeto Mbyá encontrado no Brasil. Na referência ao “mar eterno”, pode-se evidenciar uma relação com o nome do estado “Paraná”, sendo que a palavra Paraná significa “grande como o mar” no tupi Guarani.

As palavras-alma ressaltadas no romance como parte da criação podem ser compreendidas por meio do estudo “Ayvu Rapyta”⁶⁵ de Leon Cadogan (1959). Este explica que toda palavra possui um espírito, sendo assim o nome é uma vida com forma, um espírito em movimento. A palavra é fundamental na tradição indígena, o conhecimento ancestral é repassado em cerimônias com celebrações e iniciações que limpam a mente do índio para compreender a “tradição”, que é “saber ler os ensinamentos registrados na natureza do ser”. Apreendendo o nome das coisas e o modo como são nomeadas, ser e linguagem, alma e palavra são uma só coisa.

Essas crenças religiosas descritas na tradição Mbyá, são citadas na historiografia no estudo da etnologia por Egon Schaden (1959)⁶⁶, em seu ensaio sobre

⁵⁵ Deus criador e ser supremo do panteão guaraníco, (p.311).

⁵⁶ Personagem mitológica, lendário portador da sabedoria, entidade não humana (p.311).

⁵⁷ Senhor, líder religioso associado a boa ciência, senhor do fogo (p.309).

⁵⁸ Divindade mitológica associada a chuva, raio e trovão (p.316).

⁵⁹ Personagem mitológica, associada a primavera, senhor das neblinas (p.308).

⁶⁰ Na mitologia é coisa, objeto que brilha, terra resplandecente, entidade não humana (p. 310)

⁶¹ Palmeiras em geral, (p. 313).

⁶² Rio Paranapanema (PR, SP), (p. 313).

⁶³ Rio Piquiri (PR), (p. 313).

⁶⁴ Rio Tibagi (PR), (p. 316).

⁶⁵ Os fundamentos da Linguagem Humana

⁶⁶ SCHADEN, Egon. *A mitologia Heroica das Tribos Indígena no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC (col. “Vida Brasileira”).

a “mitologia heroica” na América do Sul, com um capítulo específico sobre as “Lendas de Criação”. Aliás, ressaltadas também pelo historiador e pesquisador de mitos e lendas paraguaio Leon Cadogan (1946)⁶⁷, no estudo sobre as tradições religiosas dos índios Jeguaka Tenondé e Porangue do Guairá, comumente chamados de Mbyá.

A narrativa do romance parte do protagonismo indígena e tem por base a crença de uma “Terra sem Mal”, sendo essa o paraíso dos indígenas semelhante ao Éden bíblico, no qual “vivem as almas de acordo com sua índole natural, alimentando-se, quando muito de cajiy⁶⁸ e hidromel” (NIMUENDAJU, 1989, p.38). Segundo a afirmação de Hélene Clastres (1975-78, p. 51), “todo o pensamento e prática religiosa dos índios gravitavam em torno da “Terra sem Mal”, está também influenciou movimentos messiânicos.

Lugar além do mar eterno, em que abunda o mel e não precisa plantar: avati⁶⁹, mājji⁷⁰ nascem ao nosso desejo; as flechas, por si, atingem a caça. Os rios são ricos em pira Kuéry⁷¹, que saltam das águas para os cestos das kunhãgue⁷². Os tujakue⁷³ voltam a ser jovens e são belos e são bravos e são destemidos. Os invasores não incomodam, caso se atrevem, viram animais para nos alimentar. (CREMASCO, 2017, p 15)

O autor faz uma extensa pesquisa linguística e também das crenças indígenas, provavelmente utilizando como referência “as lendas sobre a criação e a destruição do mundo”, que faz parte da crença da tribo dos Apapocúva-Guarani e Mbyá, sendo o motor da cosmogonia Guarani, cujo estudioso de maior referência é o alemão Curt Unkel Nimuendaju. É possível identificar que “a chave do sistema do Guarani é a *cataclismologia*⁷⁴ que funda toda a filosofia da história, sendo esses aspectos originais e complexos da cosmologia destas sociedades.” (NIMUENDAJU, 1989). Para Schaden (1974), a *cataclismologia*, eloquentemente expressa pelos profetas, orienta

⁶⁷ CADOGAN, Leon. *Ayvu Rapyta: textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim nº227, Antropologia nº5.

⁶⁸ Cerveja de milho

⁶⁹ Milho, (p.304).

⁷⁰ Mandioca, (p.311).

⁷¹ Vários peixes.

⁷² Mulheres, (p.310).

⁷³ Velhos, (p.316).

⁷⁴ O cataclismo nas reflexões cosmológicas guarani-mbyá se refere às possibilidades de destruição do mundo.

a visão de mundo e vida cotidiana dos Nandeva (Apapocúva, Mbyá e Kayowá), sendo essencial para compreensão de sua história.

A abordagem do livro difere da forma como os indígenas eram retratados pela historiografia do século XX, que existiriam somente em relação ao europeu, seguindo a visão de mundo etnocêntrica em que os conquistadores impunham aos índios sua ocidentalização, ou o seu desaparecimento. Em *Guayrá*, a ênfase inicial é na cultura, crença e tradição indígena, com uma mistura da ficção e da história, que mostra o índio canibal no século XVII habitando a região do Guairá; lugar selvagem e disputado, fazia conexão com o Oceano Atlântico, e por onde passaram os exploradores; mas também lugar em que houve resistência à invasão europeia, liderada pelo cacique Guayrakã (na narrativa, pai de Mboixá).

Conhecido pela historiografia como “Guairacá”, considerado herói do Paraná, entre 1550 a 1601 liderou os índios guerreiros na resistência, enfrentou e derrotou as tropas dos europeus de Irala (1554), Nuflo de Chaves (1555), Alonso Riquelme (1561), João de Garai (1576) e Hernando Arias de Saavedra (1601), dessa forma impedindo a conquista dos territórios. O cacique é também citado pelo historiador Romário Martins (1941), por Marechal Candido Rondon (1940) e David Carneiro (1939), entre outros.

Observando a narrativa com relação às crenças, são descritos rituais funerários, como colocar o corpo do morto no japepó⁷⁵ e outras características, como entoar o nheengará⁷⁶; há também certos costumes com relação ao canibalismo, descrito com detalhes o moquém, ou em casos extremos de fome, que é descrita com base na crença como algo feito por um espírito do mal, “Anhá⁷⁷, [que] aproveitando a distração de Ka’ aporá, soprou fogo na mata e trouxe fome” (CREMASCO, 2017, p. 17).

O canibalismo nos registros históricos dos séculos XVI e XVII são narrados como prática terrível, costumeira e violenta, como faz padre Antônio Ruiz de Montoya (1640) no livro “Conquista Espiritual” e pelos manuscritos da coleção de Angelis, organizada por Jaime Cortesão (1969). No romance, na maioria das vezes, essa prática é cometida em casos extremos, pela fome ou pela derrota do inimigo, que é morto a flechadas e preparado como moquém para alimentar a tribo.

⁷⁵ Vasilha de barro, (p.308)

⁷⁶ Canto ou Melodia tocada pelo pajé no rito fúnebre para conduzir a alma para o além.

⁷⁷ Espírito do mal ao qual se atribui as enfermidades.

Um desses casos, descrito pela narrativa, é protagonizado por Avati, que para alimentar os filhos cravou uma lança em si mesmo e pediu à mulher:

Assim de minha morte, arraste meu corpo pelo terreiro para que o sangue entre na terra, depois leve o que restou para o jirau. Quando estiver da cor de brasa, corte e distribua. Plante o que sobrar [...] o fogo assou o corpo de Avati e alimentou a tava⁷⁸, restando o nariz. No outro dia Sarandy plantou nariz de Avati e cantou a Tupã [...] no roçado surgiu uma planta: corpo magro, cabelos amarelos e uma protuberância saída da rama. (CREMASCO, 2017 p.17)

Nessa descrição existem limites que separam a ficção da mitologia e da realidade, pois dentro da narrativa, várias lendas são usadas para explicar o surgimento das coisas, as plantas e animais. Nesse caso, como afirma Pesavento (1995), a literatura não tem essa obrigação com relação ao fato histórico que a história tem, a despeito de todas as mudanças com relação às fontes e objetos de estudo ocorridas no século XX.

A ficção não seria [...] o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites da criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador [...]. Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas que o há para ler nela é a representação que ela comporta [...] o que nela se resgata é a representação do mundo que comporta a forma narrativa. (PESAVENTO, 1995, p. 117)

A obra literária faz parte do mundo, resultado da criação do autor, e torna-se o relato de um determinado contexto histórico-social associado ao seu tempo e isto é refletido na narrativa, seja relacionado à vida do autor ou mesmo às condições de produção, podendo mesclar sentimentos e expectativas pessoais com elementos de ficção e das realidades possíveis no momento de criação literária. Dessa forma, a narrativa lida com a intermediação entre o real e as aspirações coletivas. Como afirma Nicolau Sevcenko (2003, p. 30):

A literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos.

⁷⁸ Aldeia.

O estudo do romance possibilita uma análise do passado por meio daqueles que foram esquecidos ou mesmo silenciados, nesse caso as tribos do Guairá. Sendo assim, a literatura proporciona conhecer os costumes, crenças e hábitos indígenas, e não somente a história dos conquistadores. Tendo em vista que “a Historiografia e romance oferecem, cada um a seu modo, versões da realidade”. (LÄMMERT, p.17, 1995).

Analisando o romance *Guayrá* é possível compreender a origem dos conflitos na província do Guairá, descrito na narrativa pelo personagem jesuíta Diego Torres Bollo como “o palco da guerra entre Cristo e Lúcifer. Uma província que carece de luz, pronta para lançar os ibéricos ao reino das trevas” (CREMASCO, 2017 p.25). Essa visão do jesuíta é corrente dentro dos registros do período, o que pode ter influenciado na escrita do romance, principalmente os textos do padre Antônio Ruiz de Montoya, superior das missões no Guairá. É possível identificar também a mesma referência ao Guairá nos relatos do padre Antônio Sepp e Antônio Behme (1697. p. 699), que afirmavam o indígena pertencer a “uma nação feroz e difícil de ser reduzida pela força”.

Nos documentos dos primeiros anos do século XVII, há registros dos reais interesses por trás da fundação das missões: o Guairá, por fazer conexão com o Oceano Atlântico, era um território importante para a coroa espanhola.

A província era uma das mais importantes da governação do Rio da Prata, região muito populosa e rica em grandes rios, território de fronteira, espaço indefinido e cobiçado das colonizações espanholas e portuguesa, chegou a ser descrita, em relação à população nativa, como um lugar de gente cruel e feroz. (AGUILAR⁷⁹, 2001, p.11)

Por meio da leitura do romance e a comparação com a historiografia pode-se perceber que ambos mostram o conflito de interesses entre as coroas. Nos registros históricos do período percebe-se que a coroa espanhola, em 1610, tinha como objetivo deter o expansionismo português, ampliar seus territórios até Cananea e diminuir os conflitos com os indígenas. Com o auxílio da Igreja Católica, enviou os

⁷⁹ AGUILAR, J. C. *Conquista espiritual: A história da evangelização na Província Guairá na obra de Antônio Ruiz de Montoya, S. J. (1585-1652)*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2002.

missionários para fazer a sujeição dos indígenas através da catequização com a fundação das reduções guaranícas.

A escrita do romance não fantasia essas motivações, pelo contrário, apresenta os interesses de ambos os lados, dos jesuítas, dos vicentistas, da Igreja Católica e das coroas ibéricas. Faz tudo isso sem fazer interferências e sem questionamentos do presente; a interpretação fica a cargo do leitor. Além disso, a narrativa não faz datações específicas, transcorre na sucessão de acontecimentos, inicialmente com chegada dos jesuítas José Cataldino e Simão Maceta, enviados por Diego de Torres para montar reduções ao norte, nas terras banhadas pelos rios Paranapané e Tyvajyv. Aos poucos eles repovoaram a redução Nossa Senhora de Loreto do Pirapó e fundaram Inácio do Ytáubusu. Logo após os padres Antônio Ruiz de Montoya e Cristóbal de Mendoza, também foram enviados ao Guayrá. Conforme mais índios eram aldeados, novas missões eram construídas e mais missionários chegavam ao Guayrá.

Na historiografia das missões jesuíticas percebe-se que cerca de vinte e três missionários atuaram na província do Guairá, sendo José Cataldino, Simón Mascetta, Antônio Ruiz de Montoya, Francisco Ortega, Diego Salazar, Jean Vaisseau (Vaseo), Cristóbal de Mendonza, Marcos Marin, Francisco Diaz Taño e José Derménech, entre outros.

Com base na narrativa do livro *Guayrá*, é possível entender que os trabalhos missionários envolviam inúmeras dificuldades, no percurso das viagens e também na catequização. Segundo a narrativa, as instruções da Companhia de Jesus eram claras:

Doutrinaremos os pagãos e reformaremos os costumes dos castelhanos. As bebedeiras, as superstições dos selvagens devem ser eliminadas, principalmente os ritos de adoração de ossos, que fogem à compreensão divina. Daremos o viático para a salvação da alma, a extrema-unção para que se livre do pecado e não se esqueçam do batismo. Confessem os enfermos [...]. Os encantadores devem ser humilhados, banidos, pois são eles que afastam os gentios dos braços do Senhor. (CREMASCO, 2017, p. 28)

A narrativa expõe que os missionários deviam despertar o respeito às coisas sagradas como, água benta e o crucifixo, levar os índios à missa, fazer menção aos

sermões, evitando revelar de início o sexto mandamento⁸⁰, pois podia causar revoltas e ficar próximo às crianças, pois estas delatam os desvios dos adultos. Sendo assim, com a chegada dos jesuítas, surgem elementos novos na cultura do índio, como: a cruz, o gado, a construção do templo e a proibição de práticas, hábitos e costumes (a nudez, o canibalismo e a poligamia), forçando assim a reorganização social do espaço, e “limitando a liberdade do indígena com base no evangelho e nas regras da igreja”⁸¹. Dessa forma, ignorava-se que os indígenas tinham uma cultura e religião própria. Aliás, na catequização, os jesuítas utilizavam de “conceitos sobre céu, inferno e salvação das almas, para intimidar os indígenas”⁸².

Identifica-se nos documentos da época que a resistência é anterior aos aldeamentos, e com a edificação destes, torna-se acirrada, principalmente com relação as regras e desígnios da igreja. Nesse sentido, os indígenas deveriam ser batizados, os encantadores (feiticeiros) humilhados e banidos. Ao mostrar essa visão dos jesuítas sobre os encantadores, o romance segue a historiografia, em específico a narrativa do padre Antônio Ruiz de Montoya, que ao descrever a resistência, refere-se ao “maior dos caciques que aqueles países conheceram, era citado por suas artimanhas, embustes e magias, com as quais enganava aquela gente bárbara” (MONTROYA, 1997, p. 223).

A ficção e história se misturam nessa resistência profética empreendida por Atyguajé, com relação aos inacianos, pois não aceita as regras impostas pelos jesuítas com relação a monogamia e a proibição de práticas como dançar para Nhanderu. Ele acaba sendo exilado da redução. Sua resistência também é com relação ao avanço dos mamelucos e vicentistas. Entre os personagens baseados na história estão Manuel Preto e Raposo Tavares.

Outro cacique que resiste é Guyrawerá, desafiando a autoridade da igreja e desprezando as coisas consideradas sagradas, comete canibalismo e não abre mão da luxúria. Usa de estratégias para enganar os padres e emboscá-los. Os padres passavam dificuldades, a fome e as doenças acabavam matando muitos reduzidos e também alguns padres. Aliás, também são narrados os conflitos entre índios e vicentistas nos ataques às missões.

⁸⁰ Não pecar contra a castidade. (Êxodo 20,14)

⁸¹ Informação extraída da entrevista com autor no dia 6 de novembro de 2017.

⁸² Idem.

Analisando as representações é possível identificar que a figura do bandeirante não aparece como herói nacional, típico da historiografia apologética da primeira década do século XX, como se verifica nos estudos de Cassiano Ricardo (1942)⁸³, que busca justificativas para as ações dos bandeirantes, alegando serem patrióticas, de Silveira Neto que descreve os bandeirantes como aventureiros e corajosos e de Elói Ottoni (1798)⁸⁴, que também tenta justificar as ações destes. Pelo contrário, no *Guayrá* são narradas as violentas ações dos bandeirantes contra os indígenas. Dessa forma, o romance segue a historiografia recente que busca desconstruir essa visão de herói, como faz o historiador Capistrano de Abreu ainda nos anos 1930 (1982)⁸⁵. Além disso, percebe-se que tais críticas são semelhantes à visão do bandeirante retratado nos registros do padre Antônio Montoya (1639), que descreveu estes como carrascos implacáveis.

O livro também mostra um outro lado do bandeirante, já mais velho, que tem hábitos religiosos, representado por Manuel Preto, que pede uma imagem da virgem de Loreto ao padre Montoya. Essa visão aparece nos estudos que mostram a relação dos vicentistas com a espiritualidade cristã, como de Luíza Volpato (1985)⁸⁶; esta ressalta que os paulistas pareciam querer a reconciliação com Deus no fim da vida, com medo da danação eterna.

A invasão do Guairá pelos bandeirantes é frequente ao longo da narrativa do romance, com o uso dos mamelucos na captura de índios para serem escravizados nos canaviais; caçavam, matavam as crianças e velhos, as mulheres eram aprisionadas. Aliás, há também descrições das doenças e dos estupros.

A narrativa alterna o foco para os vicentistas, mostrando o ressentimento destes com a igreja católica, por causa das ações do Santo Ofício e com os padres jesuítas. Na fala do personagem mameluco Jaguaçarovy, há o ódio aos cristãos e desprezo às coisas da igreja, como santos, rosários e imagens.

Andei por todo o Guayrá, vi várias coisas sob o sol, bem como tempo para cada uma delas. Tempo para nascer, tempo para morrer. Tempo

⁸³ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: Olympo, 1942.

⁸⁴ OTTONI, Elói. "Memória sobre o estado atual da capitania de Minas Gerais". In: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, v. XXX. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1908.

⁸⁵ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

⁸⁶ VOLPATO, Luíza. *Entradas e Bandeiras*. São Paulo: Global, 1985.

para edificar, tempo para destruir. Tempo para louvar, tempo para blasfemar. (CREMASCO, 2017, p.228)

No romance é abordado a destruição uma por uma das missões. É descrito também os acordos, principalmente com o governador do Paraguai Céspedes Xerriá. Nesse momento da narrativa, o governador teria confabulado com os vicentistas, e mesmo sabendo que as reduções seriam atacadas e os índios massacrados, não enviou auxílio. Nesse sentido ficção e história se misturam em uma trama em que havia traição entre a política e a religião. Com a invasão e destruição das reduções pelos mamelucos e bandeirantes, sem armas e sem condições de defender a redução, os jesuítas tiveram que escolher entre resistir ao avanço dos vicentistas ou fugir para proteger os índios aldeados.

A decisão final é pela migração das missões para o Tapé à revelia de alguns que queriam ficar e resistir. As mulheres guerreiras permaneceram no Guayrá, entre elas Kuarasy mãe de Itawerá. “Poderia ficar. Resistiria. Lutaria. Morreria na glória” (CREMASCO, 2017, p.252). Foram atacadas por mamelucos, estupradas e mortas.

O romance descreve a fuga dos carijós nas balsas pelas margens perigosas do Paranapané, Paraña e Uruguai, liderada por Pe. Montoya, na esperança de conseguir ajuda e de reunir os refugiados dos quatro cantos do Guayrá. Essa migração é descrita pelo próprio Montoya, no livro “A conquista Espiritual” (1639), marcada pelas mortes, afogamentos e pelos ataques dos encomendeiros⁸⁷. Aqueles que conseguiram sobreviver à fuga enfrentaram a fome, sede e as doenças. “Das doze mil que saíram do Paranapané, somadas aquelas oriundas do Pikyry chegaram não mais do que um terço no Yaveviji, dez anos após a canonização de Inácio de Loyla” (CREMASCO, 2017, p.264).

O desfecho final da obra faz referência ao evangelho Apocalipse de João, em que emergiram os sete encantadores do Japepó guasu, como os sete anjos do fim do mundo, na descrição sobre a eminente destruição do Guayrá. Novamente Cremasco utiliza do elemento da mitologia e da religião, ressaltando os acontecimentos como sinais da terra prometida, a utópica “Terra Sem Mal”.

⁸⁷ Formação militar de espanhóis liderada pelo tenente García Moreno, construíram um fortim para impedir o avanço das balsas.

Muitos padres morreram. Na obra são mencionados o martírio de Cristóbal de Mendoza, baseado nos acontecimentos históricos registrados nos relatos da época. Além desse, a morte dos padres: Martín Xavier, Urtozun, Juan Vaseo e Mauro Demarchi. Os Missioneiros chegaram ao Tapé desolados pelas perdas e com a missão de reconstruir o Guayrá, nessa nova terra.

A conclusão dessa trama, culmina no retorno de Itawerá ao Guayrá, a viagem difícil, cheia de percalços e o horror ao se deparar com a destruição das missões. Ao chegar na redução São Miguel do Arcanjo encontrou Jaguaçarovy que lhe contou a triste verdade, que Itawerá foi o responsável pela morte do próprio pai Atyguajé e do avo Mboixá. Na fala de Moysés Jaguaçarovy. “Vosmecê matou Atyguajé. O filho matou o pai. Não há nada de novo sob o sol, carijó” (CREMASCO, 2017, p.298). Essa frase retirada de Eclesiastes, faz referência a ideia do conflito, que faz parte da natureza humana, sendo que este também aparece nas “fontes do século XVI e XVII, nas falas muitas vezes eloquentes e apaixonadas de líderes nativos, que articulavam estratégias alternativas com vistas à preservação das tradições e liberdades.” (MONTEIRO, 1992, p.482)

A triste consciência e a solidão de Itawerá, que perdeu o pai, a (mãe) Kuarasy, a (mulher) Potyporã e o (filho) Pyá, que foi levado pela correnteza. Itawerá resiste, luta e mata Jaguaçarovy, e também o mameluco Salomão Abaporanga. Percebe que esse não é o fim do Guayrá. “Ainda que destruído, o Guayrá é tempo que resiste, é aquilo que chamam de eternidade”. (CREMASCO, 2017, p.280)

Analisando a construção da obra Guayrá e questionando as relações com a historiografia e os possíveis novos caminhos de pensar as relações e os conflitos nesse período das reduções, é possível traçar a resistência indígena presente no romance, que mostra várias tentativas de manter a liberdade e seu modo de vida, empreendendo confrontos sangrentos

2.3 Das fontes utilizadas pelo autor

A pesquisa realizada pelo escritor Marco Aurélio Cremasco, faz referência aos acontecimentos históricos ocorridos no século XVII, como a formação das cidades espanholas de Villa Rica e Ciudad Real del Guairá, a chegada dos jesuítas na província do Guairá, a fundação das reduções, o empreendimento da catequização e a destruição das missões jesuíticas pelos bandeirantes paulistas. Apesar, de apresentar elementos historiográficos, o autor explica que *“o Guayrá não é um livro de História, no qual existe a preocupação com a exatidão e fidelidade aos fatos”,* e também não pode ser *“visto como um trabalho acadêmico, em que se estabelecem hipóteses, a partir das quais são formuladas interpretações”*⁸⁸.

O autor ressalta que a obra *Guayrá* é uma ficção histórica na medida em que a história é utilizada como suporte para o desenvolvimento da trama. Na concepção do escritor, o livro não tem, *“o compromisso com o fato em si, permitindo a construção de uma história paralela àquela que, supostamente, aconteceu”*⁸⁹. Como mencionado anteriormente, o livro é uma mescla de história, mitologia folclórica, cultura e tradição oral indígena, história canônica por meio das narrativas e cartas dos jesuítas, história bíblica e uma profunda pesquisa linguística, *“sem, no entanto, perder-se em de si mesmo”*⁹⁰. Nesse sentido, na escrita do romance o escritor fez uso de fontes do período e também da *“criatividade, imaginação e a originalidade”*. (CÂNDIDO,1985).

Cremasco explica que na escrita do livro, *“além de procurar apresentar o conflito entre diferentes culturas, houve a nítida oportunidade de resgatar a riqueza cultural dos nativos apresentados na obra: história, lendas, e costumes entre outros, para a cultura nacional”*⁹¹. Além disso, traz em sua narrativa a história dos paraguaios e argentinos, podendo ser direcionado a esse público, bem como o público em geral.

O romance proporciona o acesso ao imaginário, a esse universo repleto de significações e representações, tanto dos indígenas, como dos vicentistas ou bandeirantes, dos espanhóis e jesuítas, que já foram explicadas nas páginas anteriores. Aliás, segundo o autor, a escrita trata de um tempo que não existe mais,

⁸⁸ Informação extraída da entrevista com autor no dia 6 de novembro de 2017.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰MARQUES, Nailor. *“Resenha livro Guayrá”*. Germina: Revista de Literatura & Arte. Disponível em:<www.germinaliteratura.com.br/2017/livros_guayrá_por_nailor_marques.htm>. Acesso em: 20. ago.2017.

⁹¹ Informação extraída da entrevista com autor no dia 6 de novembro de 2017.

do qual se tem poucas informações, essas contidas nos vestígios arqueológicos e na documentação dos colonizadores. Nesse sentido, não temos a história do ponto de vista dos colonizados, no caso, os guayrenhos, e que por isso foi construída pelo romancista:

Esta Ilíada é dita pela fuga, não pela glória. Esta Odisseia é regida pela fuga, não pelo resgate. Esta Eneida é escrita pela fuga, não pela reconstrução. Esta fuga é governada, sobretudo, pelo silêncio e pelo esquecimento. (CREMASCO, 2017, p. 250-251)

As fontes utilizadas pelo autor na construção do livro são acadêmicas, como dissertações e teses na área de história, “*principalmente as encontradas na PUC-RS, Unisinos-RS e UFMS-Dourados*”. Além disso, Cremasco faz uso de pesquisas das áreas antropologia e linguística, bem como de fontes do período de conquistadores, como as memórias e relatos de jesuítas e aventureiros.

Ao tratar sobre o descobrimento e a conquista das províncias espanholas, faz referência ao conquistador Ruy Díaz de Guzmán, considerado o primeiro historiador e cronista do Paraguai e do Rio da Prata; na narrativa é citado seu trabalho *La Argentina. Historia del Descubrimiento y Conquista del Río de la Plata*.⁹²

Aliás, para conseguir informações sobre o período colonial, o escritor fez uso também de autores da América Ibérica, como o conquistador espanhol Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, autor do livro “*La Relación*”⁹³. Outra fonte é “*O paraíso destruído*”⁹⁴ de Bartolomeu de las Casas, cronista, teólogo e defensor dos índios. Além deste, outro autor é o aventureiro alemão Hans Standen, que escreveu “*A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no Novo Mundo, a América*”⁹⁵, que nesse relato descreve as viagens ao Brasil.

A bibliografia utilizada no romance, conta também com autores brasileiros, paraguaios, portugueses e da literatura sobre as reduções. No momento em que Itawerá parte do Tapé rumo ao Guayrá, o autor ressalta os termos “sem rei, sem lei e sem fé”, que foram utilizados para descrever os índios pelo historiador e cronista

⁹² GUZMÁN, Ruy Díaz de. Argentina, Buenos Aires, Emecé Editores, 1998.

⁹³ Traduzido como CABEZA DE VACA, Alvar Núñez. *Naufrações e Comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

⁹⁴ LAS CASAS, F. B. *O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América Espanhola*. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre. L&PM. 2011.

⁹⁵ Publicado por A. Bertrand em 1837.

português Pero de Magalhães Gândavo, na escrita do *Tratado da Terra do Brasil* (1573), de quem Cremasco utilizou também a “*História da Província de Santa Cruz*”.⁹⁶

Na representação do bandeirante, o autor utiliza das reflexões do escritor brasileiro Alcântara Machado, no caso, sua obra “*Vida e morte do bandeirante*” e do historiador Washington Luís na sua descrição sobre a capitania de São Vicente. Utiliza ainda como base os livros “*Monções*” (1945), “*Visões do Paraíso*” (1959) e “*Caminhos e Fronteiras*” (1957) do historiador e jornalista Sérgio Buarque de Holanda para as descrições das investidas dos vicentistas, as expedições dos bandeirantes, o descobrimento e a ocupação do Brasil colonial. Para contextualizar as visões, ideias e ações dos jesuítas, o escritor utilizou o estudo sobre as “*Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*” (1954), do padre jesuíta, escritor e historiador Serafim Soares Leite.

Da bibliografia sobre a cultura e tradição indígena, o autor utilizou a obra da historiadora e ensaísta Lucía Gálvez, “*Guaraníes y jesuítas: de la Tierra sin Mal al Paraíso*” (1995), para o estudo das tradições orais dos indígenas, baseada nas narrativas dos jesuítas. Além desse, foram usadas fontes relacionadas à relação entre indígenas e jesuítas, entre as quais

“*La vida cotidiana de los índios y jesuítas en las misiones del Paraguay*” do autor M. Haubert⁹⁷, o trabalho “*As missões jesuíticas dos guaranis*” (1987), do historiador Ramon Gutierrez; do historiador Juan José Rossi, seu estudo “*Los guaraníes: una mirada crítica*” (2010); Dionísio M. González Torres, “*Cultura Guarani*” (2007); da área de linguística, “*Histórias antigas do povo Kaingáng*” (2010), da professora Cláudia Netto Do Valle.

Há referências ao livro “*Utopias e missões jesuíticas*” (1994), do professor e arqueólogo Arno Alvarez Kern, bem como sobre a cultura indígena a partir do estudo “*Os vivos e os mortos na América portuguesa – da antropologia à água de batismo*” (2001), no qual Glória Kok investiga os vínculos dos indígenas e jesuítas com o sobrenatural. Aliás, como já mencionado, o escritor faz uso de estudos de várias áreas, entre elas a geografia, como no estudo “*Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso*” (2008) de Maria Inês Ladeira.

A obra faz uso de diversas fontes bibliográficas, a preocupação com a pesquisa se deve ao fato do escritor também ser um acadêmico, professor e pesquisador

⁹⁶ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

⁹⁷ HAUBERT, M. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Companhia de Jesus, 1990.

universitário com várias publicações no campo de Engenharia Química, principalmente com ênfase em Transferência de Massa e Sistemas Particulados⁹⁸.

O romance *Guayrá* consegue trazer a público a cultura e história indígena do século XVII da província do Guará, desconhecida por boa parte dos brasileiros. Essa História que por um longo tempo foi estudada com base nos escritos dos conquistadores, viajantes e jesuítas, resultou na visão etnocêntrica, pois os povos indígenas eram considerados “sem história” e “selvagens” na medida em que o progresso da sociedade está relacionado em como “detém e transmite o saber através da escrita”. (CREMASCO, 2017)

Os Guayrenhos são exemplos da exclusão dos indígenas, que na visão dos europeus não tinha nenhuma produção de destaque antes da chegada da civilização. Os aspectos dessa visão dos jesuítas sobre os nativos ressaltados na narrativa deveriam ser modificados, como o canibalismo, a poligamia e a nudez. Estes viam a catequização como uma forma de controlar esses povos e educar nos preceitos da religião católica, negligenciando que os indígenas já possuíam a própria religiosidade, organização social e cultural.

A narrativa do livro possibilita a interpretação e o contato com características da cultura indígena, evidencia mitos e lendas, que são parte da tradição dos Guarani, como por exemplo, a busca da “Terra sem Mal”, símbolo do sentido da vida desse povo e a base da resistência cultural; os deuses são citados e o complexo profético da destruição do mundo, sendo essas crenças repassadas as novas gerações através da oralidade. Aliás, a narrativa mostra em determinados capítulos a história a partir do indígena. Nesse sentido, concede voz aos indígenas, ao tratar de sua história e crença, e de mostrar como uma cultura tão genuína foi comprometida por causa objetivos da Igreja católica e do império.

De acordo com o anexo I deste trabalho, o *Guayrá*, além de “procurar apresentar o conflito entre diferentes culturas e a resistência de personagens históricos nativos” a catequização e a invasão dos territórios. Houve ainda o “resgate da riqueza cultural dos índios, por meio de sua história, das lendas e dos costumes cotidianos”. (CREMASCO, 2017, p.5)

⁹⁸ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3603838759913454>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guayrá é uma obra recente, resultado de um meticuloso trabalho de pesquisa, não só de história, mas também de interdisciplinaridade no seu arcabouço informativo, no qual os fatos são convertidos por meio da imaginação em ficção. O autor através da escrita expõe as origens do estado do Paraná, sendo esse, seu local de nascimento, o que certamente influenciou na escrita e nessa busca de uma identidade social.

Posso afirmar que, enquanto leitora, deslumbrei-me diante da diversidade de elementos utilizados ao longo da narrativa, como as lendas, mitos e a língua que proporcionam a sensação de proximidade com o século XVII, período no qual o livro é ambientado, que só existe enquanto passado, não temos como saber o que realmente aconteceu, a não ser pela existência dos vestígios arqueológicos e da documentação escrita pelos colonizadores. Nesse sentido, como não se tem a versão dos colonizados, o livro traz reflexões e impressões de como seria a narrativa da história com a participação ativa desses povos, muitas vezes excluídos da história oficial.

Por outro lado, enquanto pesquisadora, este trabalho reafirma que as fontes históricas são diversas e proporcionam analisar todos os vieses possíveis para apreendermos um fato histórico, sendo assim o uso da literatura como fonte traz consigo várias possibilidades, desde que o historiador siga determinados critérios metodológicos para a análise da mesma.

Após onze anos de pesquisa, o autor merece crédito pela obra que consegue trabalhar os fatos históricos, ainda que por meio da ficção. No entanto, é preciso destacar que a fonte pode ser utilizada para estudar a representação construída do período, pois não há a mesma preocupação com a veracidade de fatos que a escrita histórica. Embora, seja uma fonte privilegiada, capaz de acrescentar um “algo mais”, na compreensão do período.

FONTES

CREMASCO, Marco Aurélio. **Guayrá**. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2017.

_____ **Evangelho do Guayrá** – Relatório Final de Atividades. Bolsa Funarte de Criação Literária 2010. Rio de Janeiro: Funarte, 40 p., 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, J. C. **Conquista espiritual: A história da evangelização na Província Guairá na obra de Antônio Ruiz de Montoya, S. J. (1585-1652)**. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especificidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Araweté os deuses canibais**. Rio de Janeiro: Zahar/ANPOCS, 1986.

CHAGAS, Nádia Moreira. MOTA, Lúcio Tadeu. **O Guairá nos séculos XVI e XVII – as relações interculturais**. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/novo/sistemas/detalhe.php?id=65>>. Acesso em: 19. fev.2017
Terra Sem Mal. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.

CHARTIER, Roger. **Escutar os mortos com os olhos**. USP: Revista Estudos Avançados, v. 24, Nº. 69, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510/12252>>. Acesso em: 20. ago.2017.

CORTESAO, J. 1951. Introdução. In: J. CORTESAO, **Manuscritos da Coleção de Angelis: Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

CREMASCO, M. A. **Evangelho do Guayrá-** Relatório Final de Atividades, Bolsa Funarte de Criação Literária 2010. Rio de Janeiro: Funarte, 40p., 2011.

HELLER, Ivan Milton. **Os índios e seus algozes: expansão mercantil e conquista pela violência dizimaram milhões de indivíduos nas américas**. Ed: Instituto Memória, 2011.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Tradução: Mario Vilela, 3. ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2007.

LÄMMERT, Eberhard. **História é um esboço: a nova autenticidade narrativa na historiografia e no romance.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141995000100019>. Acesso em: 20. ago.2017.

LAVORATI, Carla; TEXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. **Diálogos entre Ficção e História: Do Romance Histórico clássico ao novo Romance Histórico**". Disponível em:<<https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/2070>>. Acesso em: 20. ago.2017.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MONTEIRO, John Manuel. **Os Guarani e a História do Brasil meridional séculos XVI-XVII.** In: CUNHA, Manuela, (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

_____. **História e resistência dos índios.** In: NOVAES, Adauto (Ed). A outra margem do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 125-152.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Iesus en las Prouincias del Paraguay, Parana, Uruguay, y. Tape.** Ed. Imprenta del Reyno. Madrid, 1639.

MOTA, L. T. **Relações Interculturais na Bacia do Rio da Prata na Primeira Metade do Século XVI.** In: MOREIRA, L. F. V. (coord.). Instituições Fronteiras e Política na História Sul-Americana. Curitiba: Juruá, 2007. p. 95-127. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/novo/sistemas/detalhe.php?id=65> >. Acesso em: 19. fev.2017.

_____. **História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais.** Formação de professores – EAD, nº 28. Maringá: EDUEM, 2005.

_____. **História do Paraná: pré-história, colônia e império.** Maringá: Eduem, 2011.

NIMUENDAJU, Curt. **As lendas de criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva- Guarani.** São Paulo: HUCITEC, 1987.

OLIVEIRA, Oséias de. **Índios e jesuítas no Guairá: uma redução como espaço de reinterpretção cultural (século XVII).** 221 f. Tese - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103202> >. Acesso em: 10 ago. 2017.

PEREIRA, A. L. **Uma contribuição à teoria pós-colonialista: notas sobre a obra de Abdias do Nascimento.** Anais do II Seminário Nacional Sociologia e Política. Paraná, Curitiba, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura.** História da Educação, Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.

_____. **História & literatura**: uma velha-nova história, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>> Acesso em: 20. ago.2017.

SANTOS, Pedro Brum. **Teorias do romance: relações entre ficção e história**. Santa Maria: UFSM, 1996.

SEPP, Anthony; BEHME, Anthony. **An Account of a voyage from Spain to Paraquaria**. Translated from the high dutch original, printed at Nuremberg, 1697.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 2003, 2 ed.

SILVA, L. A. **Literatura e Historiografia**: um estudo comparado entre os romances Guayrá, de Marco Aurélio Cremasco e Silêncio, de Shusaku Endo. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017

SILVEIRA NETO, M. de A. **Do Guairá aos Saltos do Iguaçu**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **As Categorias da Narrativa Literária**. In Análise Estrutural da Narrativa. (pg. 209-254). Tradução: Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

TROUCHE, André Luiz Gonçalves. **América: história e ficção**. Niterói, RJ: Eduff, 2006.

VIEIRA, Luana. **Paragrafação, Translinearidade e Tópico Frasal**. UniENEM/PIAP, 2017. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/piap/files/2017/03/Reda%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 25. jan.2018.

VOLPATO, L. **Entradas e bandeiras**. 3ª ed. São Paulo: Global 1985.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Editar, 1972.

WHITE, Hayden. **Teoria Literária e escrita da História**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991.

WOLF, E. **Europa y la gente sin história**. 2ª ed. México: FCE, 2005.

ANEXO I

ENTREVISTA COM MARCO AURÉLIO CREMASCO, AUTOR DE GUAYRÁ

Entrevista realizada por e-mail em novembro de 2017

Lucimara Andrade: *Quanto tempo demorou a pesquisa e redação do livro?*

Marco Cremasco: R - Cerca de onze anos, incluindo o ano da publicação.

Lucimara Andrade: *O livro é direcionado algum público específico?*

Marco Cremasco: R - O livro é direcionado para o público em geral, todavia por ser tratar de uma ficção histórica ambientada nas primeiras décadas do século 17 e na região hoje conhecida como parte do Estado do Paraná, o livro acaba por direcionar-se, particularmente, para quem nasceu ou reside nessa região e para gaúchos, paraguaios e argentinos, uma vez que a trama presente no *Guayrá* envolve História dessa população.

Lucimara Andrade: *Você se baseou em autores da área de história. Quais?*

Marco Cremasco: R - Sim. Existem os clássicos Ruiz de Montoya com *La conquista espiritual* e Díaz de Guzmán com *La Argentina*, personagens reais que foram testemunhas da época do *Guayrá*, sendo o padre Montoya protagonista tanto da História quanto da ficção presente no livro. Além deles, buscou-se informações quanto ao período colonial na América ibérica: Cabeza de Vaca (*Naufrações e comentários*); Gândavo (*História da Província de Santa Cruz*); Las Casas (*O paraíso destruído*); Hans Standen (*A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no Novo Mundo, a América*); Alcântara Machado (*Vida e morte do bandeirante*); Sérgio Buarque de Holanda (*Monções; Visões do Paraíso; Caminhos e Fronteiras*); Washington Luís (*Na Capitania de São Vicente*). Acrescente-se à lista, autores e livros mais recentes: Costa (*História de um país inexistente – o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*); Gálvez (*Guaraníes y jesuítas: de la Tierra sin Mal al Paraíso*), Haubert (*La vida cotidiana de los índios y jesuítas en las misiones del Paraguay*), Gutierrez (*As missões jesuíticas dos guaranis*), Kern (*Utopias e missões jesuíticas*), Kok (*Os vivos e os mortos na América portuguesa – da antropologia à*

água de batismo), Ladeira (*Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso*), Leite (*Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*), Rossi (*Los guaraníes*), Torres (*Cultura Guarani*), Valle (*Histórias antigas do povo Kaingáng*) e Write (*God's soldiers*). Além desses autores e respectivos livros, houve consulta a dissertações de mestrado e teses de doutorado, em História, principalmente as encontradas na PUC-RS, Unisinos-RS e UFMS-Dourados.

Lucimara Andrade: *Qual sua opinião sobre a qualidade das diferentes fontes consultadas sobre o assunto?*

Marco Cremasco: R- Como pode ser observado da resposta anterior, há diversidade (inclusive de possível diferença de qualidade acadêmica) nas fontes e cada qual contribuiu à sua maneira. Além das fontes de História propriamente dita, houve a pesquisa em outras áreas do conhecimento, notadamente em Antropologia e Linguística. É necessário destacar que o *Guayrá* não é um livro de História, no qual existe a preocupação com a exatidão e fidelidade aos fatos; ou visto como trabalho acadêmico, em que se estabelecem hipóteses, a partir das quais são formuladas interpretações. O *Guayrá*, ainda que apresente elementos de romance histórico clássico, é ficção histórica na medida em que situações hipotéticas mesclam-se com acontecimentos reais. Enquanto ficção histórica, a História serve como suporte a determinada trama sem o compromisso com o fato em si, permitindo a construção de história paralela àquela que, supostamente, aconteceu. Sob este aspecto qualquer informação histórica que possa contribuir para a criação literária, em essência, sempre é bem-vinda, pois não se pode esquecer que o livro *Guayrá* é, sobretudo, uma obra de ficção literária.

Lucimara Andrade: *Sua obra recebeu apoio de algum outro pesquisador ou estudioso do tema?*

Marco Cremasco: R- Não. Toda a pesquisa, bibliográfica e de campo, com visitas a sítios arqueológicos e museus no Paraná, Rio Grande do Sul e Argentina, foram realizadas por mim.

Lucimara Andrade: *Porque você optou por não datar os acontecimentos?*

Marco Cremasco: R- Os acontecimentos são, de certa maneira, datados, mas de modo não usual. Em vez de, por exemplo, se mencionar determinado dia e mês, estes o são por meio da menção do dia consagrado a determinado santo, enquanto o ano é referenciado a certo acontecimento. Trata-se de opção literária, de maneira, também, a despertar a curiosidade de quem lê a obra no sentido de descobrir a data a que me refiro ao longo do texto.

Lucimara Andrade: *A separação da narrativa é muito parecida com os capítulos e versículos da bíblia. Porque escolheu essa estrutura?*

Marco Cremasco: R- A escrita do *Guayrá* manteve, basicamente, o estilo apresentado no meu romance *Santo Reis da Luz Divina* (Record, 2004) e no livro de contos *Histórias Prováveis* (Record, 2007) em que narração e diálogo compõem um só corpo textual.

Lucimara Andrade: *Porque você optou pelo distanciamento do narrador, como um observador?*

Marco Cremasco: R- Permita-me transcrever determinada passagem do *Guayrá* (p. 250 – 251): “Esta Ilíada é dita pela fuga, não pela glória. Esta Odisseia é regida pela fuga, não pelo resgate. Esta Eneida é escrita pela fuga, não pela reconstrução. Esta fuga é governada, sobretudo, pelo silêncio e pelo esquecimento.” O livro é ambientado em um período que não mais existe. Nem mesmo sabemos o que, realmente, permaneceu daquela época, a não ser ruínas e documentação escrita por colonizadores. Não se tem, de forma contundente, a versão dos colonizados, uma vez que os nativos, daquela época, não escreveram a sua História. Coube a mim, portanto, escrever as minhas impressões e reflexões para que ocorra empatia quanto àqueles excluídos, no qual a História é personagem de si própria.

Lucimara Andrade: *Porque você escolheu tratar desse período das reduções jesuíticas? E mostrar essa resistência indígena?*

Marco Cremasco: R- Nasci e vivi até os treze anos em Guaraci, cidade situada no Norte do Paraná. Morei e estudei em Santa Fé e Paranavaí, como também estudei em Astorga e me graduei em Maringá. Cidades localizadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Rios que, juntos com os rios Paraná, Piquiri e parte do

Iguaçu, delimitam a região do *Guayrá*. Aflorou o desejo pessoal de tornar público uma cultura que considero riquíssima, contudo desconhecida por muitos brasileiros, inclusive por mim.

Quanto à resistência oferecida pelos primeiros nativos do Guayrá, é importante destacar que a civilização ocidental em seu etnocentrismo sempre preceituou que uma sociedade é fortalecida na medida em que ela detém e difunde o saber. Este se dá, entre outros meios, por meio da escrita da História, oferecendo a impressão de que o texto e o progresso de uma sociedade fazem parte de um processo linear e irreversível. O texto, assim como os grandes monumentos, evidencia tal processo, constituindo uma tradição. Por meio dessa tradição, as sociedades que nela não se enquadravam eram consideradas “sem história” e selvagens. Os nativos do Guayrá, sob esse aspecto, são um exemplo típico, pois a sua exclusão foi decretada por diversas formas. Inicialmente por uma ideia já adquirida: não fizeram nada de notável, nenhum produto durável antes da chegada da pressuposta civilização. A selvageria, definida por padrões europeus à época do livro *Guayrá*, é combatida sobremaneira pela Igreja católica e, de imediato, identificada no cotidiano dos primeiros habitantes do Guayrá: a nudez, o canibalismo e a poligamia. Com a chegada dos jesuítas aos tekoás (região geográfica que compreende características comuns de fauna, flora, costumes e tradições a vários núcleos habitacionais, nos quais os indivíduos travam relações), aparecem elementos estranhos à cultura dos nativos. Isso começa com a instalação da cruz, do templo e do gado, forçando os indivíduos a reorganizarem o seu espaço (tekoá). Os jesuítas limitavam a liberdade à luz do Evangelho, intimidando-os com os conceitos sobre Céu, inferno e salvação da alma, ignorando uma religiosidade existente. Houve a resistência de personagens históricos nativos, tais como Atyguajé e Guyrawerá, em relação ao que a Igreja como também ao que o Estado (no caso Espanha) pretendiam. Sob este aspecto, no *Guayrá* (o livro), além de procurar apresentar o conflito entre diferentes culturas, houve a nítida oportunidade de resgatar a riqueza cultural dos nativos apresentados na obra (história, lendas, costumes etc.) para a cultura nacional.

Lucimara Andrade: *Ao utilizar da linguagem indígena, você se baseou em algum tronco linguístico específico?*

Marco Cremasco: R- Uma das dificuldades encontradas no transcorrer da escrita da obra residuiu na definição do léxico para o núcleo Guarani, pois esta língua faz parte da família Tupi-Guarani que compreende vários dialetos falados na Bolívia, no Paraguai, na Argentina e no Brasil. No território brasileiro é representado, classicamente, por três grandes grupos: os Nhandewa, os Kaiowá e os Mbyá. É preciso destacar o guarani paraguaio (avanheém) que, junto com o espanhol, é a língua oficial daquele país. Além disso, o próprio dialeto Mbyá guarda diferenças, na forma de grafá-lo, entre o encontrado em Misiones (Argentina) e aqueles aqui no Brasil. Tendo em vista o *Guayrá* ser ambientado, basicamente, em uma região guarani e no século 17 poder-se-ia utilizar a obra de Ruiz de Montoya como referência linguística; entretanto, optou-se – apesar da inquestionável importância de tal referência – por grafar os nomes de personagens e geográficos nos moldes linguísticos mais próximos daqueles estabelecidos hoje em dia, tendo como base o dialeto Mbyá falado no Brasil, com contribuições de outros dialetos do Guarani, definindo-se, para tanto, uma convenção própria, específica na obra, para a grafia. Aponto que, no *Guayrá*, existe o núcleo “mameluco”, cuja língua é a língua geral (o Tupi). Nesse caso, os termos em tupi e referentes a tal núcleo foram grafados do modo como os que se percebem em dicionários Tupi-Português.

Lucimara Andrade: *Referente as penitências e martírios dos jesuítas, você se baseou em algum caso real?*

Marco Cremasco: R- As penitências, principalmente o uso de cilício, eram práticas comuns entre os jesuítas. A penitência que o padre Montoya se impôs (a de se lançar em um formigueiro) é citada pelo próprio em uma de suas obras. O martírio final de Cristóbal de Mendoza tem como base relatos da época. Evidentemente que, por se tratar de ficção, há situações que foram imaginadas. Entendo que, aqui, caberia a curiosidade – por parte do leitor – em descobrir o que é história e o que é ficção, afinal essa também é uma proposta para a leitura do *Guayrá*.

Lucimara Andrade: *Tem planos para continuar a escrever sobre história?*

Marco Cremasco: R- O *Guayrá* é a minha segunda ficção histórica, que começou com *Santo Reis da Luz Divina* a qual descreveu um pouco a formação do que conhecemos hoje como o Norte Velho e Norte do Paraná. O *Guayrá*, certa maneira,

retoma a História dessa região, contudo ambientado em uma época mais longínqua. Não tenho, neste momento, planos para escrever outra ficção histórica. O meu desejo é ver a publicação do meu quarto livro técnico, *Difusão mássica*, previsto para sair ou no final de 2018 ou no início de 2019.

ANEXO II

Obra original *Guayrá*.

